

Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas

BANCO
MERCANTIL



Setembro de 2025

Senhoras e Senhores Acionistas:

Submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras do Banco Mercantil do Brasil S.A., bem como as demonstrações consolidadas abrangendo as empresas do conglomerado.

CONJUNTURA ECONÔMICA

No cenário internacional, projeções recentes apontam para crescimento do PIB mundial da ordem de 3,0%, ante 3,3% em 2024. Avaliações preliminares indicam que as elevadas tarifas alfandegárias vigentes no mercado internacional não causaram impacto negativo relevante sobre a expansão da economia global até o terceiro trimestre 2025. Contudo, persistem os riscos intrínsecos aos conflitos geopolíticos e incertezas decorrentes da elevação de tarifas alfandegárias.

No Brasil, a atividade econômica em 2025 segue com crescimento moderado, com projeções de expansão do PIB da ordem de 2,2%.

Quanto ao desempenho dos principais setores da economia, o comércio varejista ampliado apresentou queda de 0,4% e a indústria e serviços apresentaram expansão moderada no acumulado até agosto (últimos dados de mercado), consolidando a tendência de expansão do PIB bem abaixo dos 3,4% de 2024.

De fato, a expansão da atividade econômica tem sido sustentada pelo consumo das famílias, em função da melhora gradual do mercado de trabalho e da expansão do crédito para pessoas físicas. Por outro lado, os investimentos produtivos ainda permanecem pressionados pela inflação e taxa de juros Selic elevadas.

No que tange ao comércio exterior, não obstante o cenário internacional desafiador, constata-se importante contribuição para a atividade econômica. A corrente de comércio (importações mais exportações) alcançou no acumulado de janeiro a setembro US\$ 470,1 bilhões, ante US\$ 451,3 bilhões em igual período de 2024, com superávit de US\$ 45,5 bilhões. As exportações cresceram 1,1%.

Quanto à inflação, o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) registrou variação de 3,64% no acumulado de nove meses, ante 3,31% em igual período de 2024. Nos últimos 12 meses encerrados em setembro, a inflação acumulada é de 5,17%. Neste cenário, a política monetária continua no campo restritivo, com taxa Selic em 15% a.a. desde junho de 2025.

No Sistema Financeiro Nacional, o crédito para pessoas físicas registrou crescimento de 6,1% até agosto de 2025 (últimos dados de mercado), comparado a 7,6% no mesmo período do ano anterior. As provisões para risco de crédito no Sistema Financeiro Nacional posicionaram-se em 7,6% em agosto de 2025.

Talentos e Cultura

No trimestre, o Banco Mercantil deu continuidade a programas de desenvolvimento já consolidados, dentre eles o programa Multiplicador do Conhecimento, que promove a colaboração e a inteligência coletiva por meio de palestras online, incentivando o compartilhamento de informações valiosas entre os colaboradores.

Como reflexo direto dessas iniciativas e programas, no terceiro trimestre de 2025, foram registradas 86.891 participações em treinamentos, sendo 86.686 participações pela Academia Mercantil e 205 participações nos treinamentos presenciais/online externos, totalizando 65.182 horas de treinamento, com a participação média da ordem de 17,53 horas de treinamento por funcionário.

Importante destacar que o Mercantil alcançou a classificação de 61ª melhor empresa para trabalhar no Brasil, segundo o *ranking Great Place to Work (GPTW)*, na categoria Grandes Empresas (1.000 a 9.999 colaboradores). Um reconhecimento que reforça o quanto Banco está crescendo com base no que mais importa: as pessoas.

Além disso, o Banco recebeu também o destaque nacional em Saúde Mental (*Mental Health*), um selo concedido a apenas 10 empresas entre 175 de todas as categorias. É a segunda vez que o Mercantil conquista esse

reconhecimento, agora em nível nacional, mostrando que Banco está construindo um ambiente cada vez mais saudável, seguro e acolhedor.

O investimento em capital humano e a contínua busca por inovação tecnológica têm propiciado ao Banco Mercantil um ambiente corporativo moderno e dinâmico, consolidando o ingresso na Era Digital e permitindo alcançar cada vez mais os objetivos estratégicos de geração de resultados crescentes e sustentáveis.

- Política de Equidade

O Mercantil dispõe de Política de Equidade de que trata o §6º do artigo 133 da Lei nº 6.404/1976.

Neste contexto, a política de contratação do Banco dispõe que o processo de indicação deverá considerar pessoas com características e perfis diferentes, visando a complementaridade de competências e a diversidade, como critérios de gênero, raça e idade, entre outros. Como resultado desta política tem-se o seguinte cenário:

- Programas como Vagas 50+ e ações de sensibilização sobre inclusão.
- Adoção de modelo de trabalho híbrido (aplicável à sede) e melhorias na acessibilidade;
- Proporção de mulheres superior a 50%:

Exercício / Gênero	Mulheres	Homens	Total
2023	1.550	1.455	3.005
2024	1.685	1.411	3.096
30/09/2025	1.924	1.494	3.418

Contratação e Níveis Hierárquicos

No último exercício (2025), 685 mulheres foram contratadas, representando 60,7% do total de contratações. A distribuição por níveis hierárquicos foi a seguinte:

Nível Hierárquico / Gênero	30/09/2025		31/12/2024	
	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens
Diretoria	16,7%	83,3%	16,7%	83,3%
Superint/Gerente/Consult	37,3%	62,7%	34,3%	65,7%
Coord/Superv/Espec	36,8%	63,2%	36,8%	63,2%
Administrativo	49,9%	50,1%	49,3%	50,7%
Comercial	53,6%	46,4%	47,4%	52,6%
Operacional	63,5%	36,5%	58,9%	41,1%
Estagiário	61,9%	38,1%	58,7%	41,3%
Total Geral	56,6%	43,4%	53,0%	47,0%

Cargos de Administração:

Atualmente, 02 mulheres ocupam cargos na administração da companhia, o que corresponde a 16,67% do total de cargos administrativos.

Remuneração Equitativa

Atrair e reter os melhores talentos é fundamental para o Banco Mercantil. Nossa política de remuneração, construída com base nas melhores práticas do mercado e em ferramentas globais, reflete esse compromisso.

Nosso compromisso com a equidade salarial é contínuo. A tabela abaixo demonstra a remuneração média, segregada por sexo, para cargos de responsabilidade e complexidade similares:

Em R\$

30/09/2025	Remuneração Fixa		Remuneração Variável	
	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens
Superint/Gerente/Consult	19.839,34	21.027,42	10.633,30	9.990,23
Coord/Superv/Espec	13.885,47	14.612,21	13.158,12	9.606,90
Administrativo	6.514,36	7.522,45	2.456,99	2.451,63
Comercial	6.976,14	7.695,61	4.656,22	5.340,21
Operacional	3.348,46	3.468,03	1.978,81	1.974,53
Estagiário	2.514,72	2.483,57	-	-

Em R\$

31/12/2024	Remuneração Fixa		Remuneração Variável	
	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens
Superint/Gerente/Consult	19.572,59	19.339,50	5.365,79	4.810,33
Coord/Superv/Espec	13.142,87	13.960,60	-	-
Administrativo	6.179,58	7.323,17	3.052,69	787,04
Comercial	6.233,25	7.323,17	2.904,11	2.787,95
Operacional	3.194,15	3.327,50	1.366,54	1.418,58
Estagiário	2.407,95	2.402,91	-	-

O Mercantil acredita que “Diferenças Somam”, promovendo um ambiente de trabalho mais humano, empático e colaborativo. Essa abordagem fortalece o respeito às particularidades dos colaboradores e impulsiona soluções inovadoras para a empresa.

- Gestão do Capital e de Riscos - Basileia III**

A Estrutura de Gerenciamento de Capital está alinhada ao modelo de negócios e ao perfil de riscos da Instituição, permitindo uma avaliação robusta das necessidades de capital para sustentar o crescimento projetado. Essa abordagem também favorece uma visão prospectiva, antecipando eventuais demandas de capital decorrentes de mudanças nas condições de mercado.

Os limites operacionais são apurados de forma consolidada, e o índice de adequação do capital (conforme as diretrizes de Basileia III) atingiu 16,1%, acima do mínimo regulatório de 10,5%, já considerando o adicional de capital principal. Informações detalhadas podem ser consultadas na Nota Explicativa nº 21.

- Prevenção e Combate à Lavagem de Dinheiro**

O Banco possui políticas, procedimentos, controles internos e monitoramento contínuo destinados à prevenção e combate à lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores. As orientações para cumprimento das políticas e procedimentos estão disponíveis em Ato Normativo interno acessível a todos os colaboradores.

DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO – CONSOLIDADO

Estrutura de Ativos, Passivos e de Resultado – Consolidados

- Ativos**

O Ativo total consolidado posicionou-se em R\$ 31,5 bilhões. As disponibilidades e demais instrumentos financeiros alcançaram R\$ 29,3 bilhões (93,0% do Ativo total).

O caixa e equivalentes de caixa somam R\$ 5,8 bilhões (18,4% do ativo total) e são utilizados para o gerenciamento de compromissos de curto prazo. Estão compostos por disponibilidades de R\$ 1,3 bilhão e aplicações interfinanceiras de liquidez no montante de R\$ 4,5 bilhões.

Os principais ativos financeiros reconhecidos ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes somam R\$ 1,4 bilhão (4,4% do ativo total) e são compostos por Letras Financeiras do Tesouro (R\$ 1,3 bilhão), Certificados de Recebíveis do Agronegócio (R\$ 60,9 milhões), Certificados de Recebíveis Imobiliários (R\$ 22,5 milhões), dentre outros.

Nos ativos financeiros ao valor justo no resultado, vale destacar aplicações em cotas de fundo imobiliário de R\$ 37,9 milhões e em fundo de investimentos em direitos creditórios de R\$ 25,1 milhões.

Os ativos financeiros reconhecidos ao custo amortizado posicionaram-se em R\$ 26,5 bilhões (84,1% do ativo total) e estão representados, basicamente, por Depósitos no Banco Central do Brasil, Aplicações Interfinanceiras de Liquidez, Títulos e Valores Mobiliários, Operações de Crédito e Outros Créditos.

As aplicações interfinanceiras de liquidez perfazem R\$ 4,6 bilhões (14,5% do ativo total) e estão representados, basicamente, por títulos públicos federais. Os títulos e valores mobiliários ao custo amortizado somam R\$ 615,6 milhões (1,9% do ativo total) e são compostos por títulos externos soberanos.

As operações de crédito e outros créditos alcançaram R\$ 21,5 bilhões (68,4% do ativo total), com expansão de 24,0% até setembro, apesar do cenário adverso no período. Todo esse crescimento, com evidente qualidade, foi fruto da estratégia bem-sucedida e do trabalho de uma equipe obstinada por superar desafios.

As principais linhas de crédito representam R\$ 20,7 bilhões (96,2%) da carteira de crédito e estão assim segmentadas e com os seguintes percentuais sobre a carteira de crédito: empréstimo consignado R\$ 14,7 bilhões (68,2%); crédito pessoal R\$ 2,9 bilhões (13,4%), empréstimo Saque FGTS R\$ 2,7 bilhões (12,8%); e Capital de Giro R\$ 384,9 milhões (1,8%).

• **Captação de Recursos**

Os passivos financeiros registrados ao custo amortizado estão representados, basicamente, por captações no mercado interno no montante de R\$ 27,3 bilhões, dos quais R\$ 19,8 bilhões são provenientes de depósitos a prazo, expressivo crescimento de 19,6% até setembro. Maiores detalhamentos estão disponíveis na nota explicativa nº 14.1.

As captações através de letras financeiras posicionaram-se em R\$ 5,4 bilhões. Desse total, R\$ 850,3 milhões estão contabilizadas na rubrica do Passivo “Instrumentos de Dívidas Elegíveis a Capital” de que trata a Resolução CMN nº 4.955/2021, dos quais R\$ 393,4 milhões estão sendo utilizados na composição do Patrimônio de Referência Nível II; e R\$ 205,3 milhões como Capital Complementar.

• **Patrimônio Líquido, Resultado e Dividendos**

O Patrimônio Líquido do Mercantil Múltiplo alcançou a expressiva marca de R\$ 2,2 bilhões, significativo crescimento de 30,0% no período.

Resultados

As Receitas da Intermediação Financeira posicionaram-se em R\$ 5,9 bilhões. Estão representadas, basicamente, por receitas de operações de crédito de R\$ 5,2 bilhões e resultado de títulos e valores mobiliários, resultado de aplicações compulsórias e instrumentos financeiros derivativos no montante de R\$ 696,1 milhões.

As Despesas da Intermediação Financeira somam R\$ 2,5 bilhões e estão compostas, basicamente, por despesas com operações de captação no mercado.

As despesas com perdas esperadas associadas ao risco de operações de crédito posicionaram-se em R\$ 355,0 milhões e representam 6,0% comparadas às Receitas da Intermediação Financeira.

O Resultado da Intermediação Financeira Líquido das Perdas Esperadas com Ativos Financeiros alcançou R\$ 3,0 bilhões (51,6% das Receitas da Intermediação Financeira).

As Receitas de Prestação de Serviços somaram R\$ 644,8 milhões (11,0% das Receitas da Intermediação Financeira).

As despesas de pessoal posicionaram-se em R\$ 572,7 milhões e as despesas administrativas somaram R\$ 976,6 milhões. Maiores detalhamentos estão disponíveis nas notas explicativas 18.2 e 18.3.

O Lucro Líquido alcançou R\$ 737,5 milhões, expressivos 32,8% sobre o Patrimônio Líquido do final do período.

Dividendos

No período, os dividendos aos acionistas na forma de Juros sobre o Capital Próprio provisionados totalizam R\$ 213,1 milhões, equivalentes a R\$ 181,2 milhões líquidos do imposto de renda. Maiores detalhamentos estão disponíveis na nota explicativa nº 17.3.

PARTICIPAÇÕES EM CONTROLADAS

As participações e investimentos em empresas controladas encontram-se detalhadas em quadro específico das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS NO PADRÃO CONTÁBIL INTERNACIONAL (IFRS)

O Banco, em cumprimento a determinações da Resolução CMN 4.818/2020, está divulgando também as suas demonstrações financeiras consolidadas no padrão contábil IFRS, referentes ao período findo em 30/09/2025. Informações mais detalhadas poderão ser obtidas na Nota Explicativa nº 22.

RELACIONAMENTO COM OS AUDITORES INDEPENDENTES

Em atendimento ao que dispõe a Resolução CVM nº 162/2022, o Mercantil e suas empresas controladas informam que os serviços não relacionados à auditoria externa, quando contratados, fundamentam-se na regulamentação aplicável e nos princípios internacionais que preservam a independência e objetividade do auditor independente.

O Mercantil e suas empresas controladas informam que foram contratados serviços da PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes não relacionados à auditoria das Demonstrações Financeiras, no período findo em 30 de setembro de 2025, inferiores a 5% dos honorários de auditoria contratados em 2025.

Belo Horizonte, novembro de 2025.

Administração



Relatório de revisão sobre as demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas

Aos Administradores e Acionistas
Banco Mercantil do Brasil S.A.

Introdução

Revisamos o balanço patrimonial do Banco Mercantil do Brasil S.A. ("Banco"), em 30 de setembro de 2025, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de nove meses findo nessa data, bem como o balanço patrimonial consolidado do Banco Mercantil do Brasil S.A. e suas controladas ("Consolidado") em 30 de setembro de 2025, e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de nove meses findo nessa data, assim como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

A administração do Banco é responsável pela elaboração e apresentação dessas demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas demonstrações financeiras intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - "Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade" e ISRE 2410 - *Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis, e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas acima referidas não estão elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.



Banco Mercantil do Brasil S.A.

Ênfase - Informações comparativas

Chamamos a atenção para a Nota 2.3 às demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas que descreve que as referidas demonstrações financeiras intermediárias foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, considerando a dispensa de apresentação das cifras comparativas nas demonstrações financeiras intermediárias, individuais e consolidadas, do período de nove meses findo em 30 de setembro de 2025, conforme previsto na Resolução nº 4.966 do Conselho Monetário Nacional (CMN) e na Resolução nº 352 do Banco Central do Brasil (BCB). Nossa conclusão não está ressalvada em relação a esse assunto.

Outros assuntos - Demonstração do Valor Adicionado

As demonstrações financeiras intermediárias acima referidas incluem as Demonstrações do Valor Adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2025, elaboradas sob a responsabilidade da administração do Banco e apresentadas como informação suplementar. Essas demonstrações foram submetidas a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das demonstrações financeiras intermediárias, com o objetivo de concluir se elas estão conciliadas com as demonstrações financeiras intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essas demonstrações do valor adicionado não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e de forma consistente em relação às demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Belo Horizonte, 4 de novembro de 2025

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/F-5

—Instituído por—
(Luís Carlos Matias Ramos)
Registro de LUÍS CARLOS MATIAS RAMOS 100004010
CPF: 038079028
Registro em 14 de novembro de 2021, 10:41 GMT
O CFC Brasil (C) - Sindicato da Classe dos Contadores do Brasil - CFC
CFC - CFC
Associação de Contadores do Brasil - ACB
CFC 122388942

Luís Carlos Matias Ramos
Contador CRC 1SP171564/O-1

BALANÇO PATRIMONIAL

(Em milhares de reais)

Ativo	Nota	30/09/2025	
		Banco	Consolidado
Disponibilidades	4	1.310.412	1.316.124
Instrumentos Financeiros		27.399.639	27.992.607
Ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes		1.193.566	1.401.819
Títulos e Valores Mobiliários	5.1	1.193.566	1.401.819
Ao valor justo por meio do resultado		-	70.283
Títulos e Valores Mobiliários	6.1	-	70.283
Ao custo amortizado		26.206.073	26.520.505
Depósitos no Banco Central do Brasil	7.1	605.885	605.885
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	7.2	4.863.562	4.559.809
Títulos e Valores Mobiliários	7.3	923.177	615.613
Operações de Crédito e Outros Créditos	7.4.a)	20.789.356	21.552.372
(-) Provisão para perdas esperadas	7.4.e)	(994.528)	(1.004.793)
Outros Ativos Financeiros	7.6	18.621	191.619
Ativos Fiscais		876.618	918.260
Correntes	8.1	129.922	151.091
Diferidos	8.2	746.696	767.169
Ativos Não Financeiros Mantidos para Venda	9	47.251	47.251
Outros Ativos	10	356.956	403.294
Investimentos	11	1.612.253	23.072
Imobilizado	12	561.964	613.704
Intangível	13	193.302	194.628
Total do Ativo		32.358.395	31.508.940

(Em milhares de reais)

Passivo e Patrimônio Líquido	Nota	30/09/2025	
		Banco	Consolidado
Depósitos e demais instrumentos financeiros		28.406.899	27.367.710
Passivos Financeiros ao custo amortizado		28.406.899	27.367.710
Depósitos	14.1	21.456.815	20.690.469
Captações no Mercado Aberto	14.2	127.531	60.000
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	14.3	4.514.830	5.528.823
Obrigações por Empréstimos e Repasses		111.201	111.201
Relações Interfinanceiras		86.875	86.875
Obrigações por Operações Vinculadas a Cessão	7.5	1.257.361	37.257
Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital	14.4	850.307	850.307
Outros Passivos Financeiros		1.979	2.778
Provisões	15	293.498	325.974
Passivos Fiscais		96.524	152.106
Correntes		93.933	142.871
Diferidos		2.591	9.235
Outros Passivos	16	1.312.931	1.372.972
Patrimônio Líquido		2.248.543	2.290.178
Capital Social	17.1	807.203	807.203
(-) Ações em Tesouraria	17.1	(3.830)	(3.830)
Reservas de Capital	17.2	43.375	43.375
Reservas de Lucros	17.2	876.228	876.228
Outros Resultados Abrangentes		1.145	1.145
Lucros Acumulados		524.422	524.422
Participação dos Não Controladores		-	41.635
Total do Passivo e Patrimônio Líquido		32.358.395	31.508.940

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

(Em milhares de reais)

	Nota	30/09/2025	
		Banco	Consolidado
Receitas da Intermediação Financeira		5.856.184	5.879.012
Operações de Crédito	7.4.d)	5.075.510	5.183.087
Resultado de Operações de Câmbio		(141)	(141)
Resultado de Títulos e Valores Mobiliários	5.1.d)/6.1.d)/7.2.b)/7.3.c)	779.640	694.438
Instrumentos Financeiros Derivativos	6.2.c)	(21.307)	(21.307)
Resultado das Aplicações Compulsórias		22.482	22.935
Despesas da Intermediação Financeira	14.5	(2.627.776)	(2.488.752)
Resultado Líquido da Intermediação Financeira		3.228.408	3.390.260
Perdas esperadas de ativos financeiros		(355.496)	(355.026)
Perda esperada com operações de crédito	7.4.e)	(355.496)	(355.026)
Resultado líquido da perda esperada de ativos financeiros		2.872.912	3.035.234
Outras receitas (despesas) operacionais		(2.080.288)	(2.096.134)
Receitas de Prestação de Serviços	18.1	159.373	644.832
Resultado de Participações em Controladas	11.1	405.828	-
Despesas de Pessoal	18.2	(511.280)	(572.678)
Despesas Administrativas	18.3	(982.417)	(976.606)
Despesas Tributárias	18.4	(174.900)	(230.779)
Outras Receitas Operacionais	18.5	61.929	80.066
Outras Despesas Operacionais	18.6	(865.038)	(862.884)
Reversões / (Despesas) de Provisões	18.7	(173.783)	(178.085)
Resultado antes dos impostos		792.624	939.100
Imposto de Renda e Contribuição Social	8.3	(55.076)	(186.067)
Provisão para Imposto de Renda		(68.234)	(147.477)
Provisão para Contribuição Social		(40.409)	(71.058)
Ativo Fiscal Diferido		53.567	32.468
Participação dos não controladores		-	(15.485)
Lucro Líquido		737.548	737.548
Lucro Básico e Diluído por Ação (em reais)			
Ações ordinárias		7,0590	
Ações preferenciais		7,0590	
Lucro Líquido Atribuído (em reais - R\$ mil)			
Ações ordinárias		459.936	
Ações preferenciais		277.612	
Número de Ações em Circulação - básico e diluído			
Ações ordinárias		65.155.744	
Ações preferenciais		39.327.336	

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

(Em milhares de reais)

30/09/2025

	Banco	Consolidado
Lucro Líquido do Período	737.548	737.548
Outros Resultados Abrangentes	(5.694)	(5.694)
Itens a serem posteriormente reclassificados para o Resultado	(5.694)	(5.694)
Títulos ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes - Próprios	697	(10.715)
Títulos ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes - De Controladas	(6.077)	-
Efeito Fiscal	(314)	5.021
Resultado abrangente Total do Período	731.854	731.854
Lucro Atribuível ao Controlador	731.854	716.369
Lucro Atribuível à Participação dos Não Controladores	-	15.485

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

(Em milhares de reais)

	Capital Realizado	Reservas de Capital	Reservas de Lucros		Outros Resultados Abrangentes	Lucros Acumulados	(-) Ações em Tesouraria	Patrimônio Líquido	Participação dos não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
			Legal	Estatutárias						
Saldos em 31/12/2024	807.203	43.375	156.370	1.078.349	6.839	-	(3.830)	2.088.306	37.925	2.126.231
Efeitos da adoção inicial da Resolução CMN nº 4.966/2021 ^(l)	-	-	-	-	-	(358.491)	-	(358.491)	(195)	(358.686)
Absorção dos efeitos da adoção inicial da Res. CMN nº 4.966/2021	-	-	-	(358.491)	-	358.491	-	-	-	-
Saldos em 01/01/2025	807.203	43.375	156.370	719.858	6.839	-	(3.830)	1.729.815	37.730	1.767.545
Ajustes de Avaliação Patrimonial	-	-	-	-	(5.694)	-	-	(5.694)	-	(5.694)
Lucro Líquido do Período	-	-	-	-	-	737.548	-	737.548	15.485	753.033
Varição de Participação dos Não Controladores	-	-	-	-	-	-	-	-	(11.580)	(11.580)
Destinações:										
Juros sobre o Capital Próprio Provisionados	-	-	-	-	-	(213.126)	-	(213.126)	-	(213.126)
Saldos em 30/09/2025	807.203	43.375	156.370	719.858	1.145	524.422	(3.830)	2.248.543	41.635	2.290.178
Mutações do Período	-	-	-	(358.491)	(5.694)	524.422	-	160.237	3.710	163.947

(l) Ajustes da adoção inicial da Resolução CMN nº 4.966/2021 conforme descrito nas notas 2.3.

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA – Método Indireto

	(Em milhares de reais)	
	30/09/2025	
	Banco	Consolidado
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais		
Lucro Líquido antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	792.624	939.100
Ajustes ao Lucro Líquido antes dos Impostos	281.482	694.973
Despesa / (Reversão) e Atualização Monetária com Provisões Fiscais, Cíveis e Trabalhistas	187.010	192.167
Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	355.496	355.026
Provisão / (Reversão) para Perdas em Ativos Não Financeiros Mantidos para Venda	(111)	(111)
Depreciações e Amortizações	163.523	167.615
Atualizações Monetárias Ativas	(18.608)	(35.209)
Resultado de Participações em Controladas	(405.828)	-
Resultado de Participação dos Não Controladores	-	15.485
Variações em Ativos e Passivos	1.073.691	692.547
(Aumento) / Redução em Ativos		
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	(9.792)	(11.703)
Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos	314.975	477.776
Depósitos Compulsórios no Banco Central	(28.897)	(28.897)
Operações de Crédito e Outros Créditos	(4.501.947)	(4.581.870)
Outros Ativos Financeiros	(1.541)	(113.791)
Ativos Fiscais	75.588	74.427
Outros Ativos	33.129	39.312
(Redução) / Aumento em Passivos		
Depósitos e demais Instrumentos Financeiros	5.442.371	5.203.031
Provisões	26.656	26.671
Passivos Fiscais	17.213	32.450
Outros Passivos	(176.036)	(215.798)
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	(118.028)	(209.061)
Caixa Líquido Proveniente / (Aplicado) nas Atividades Operacionais	2.147.797	2.326.620
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento		
Alienação de Ativos Financeiros ao Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes	43	43
Alienação de Ativos Não Financeiros Mantidos para Venda	4.600	4.600
Alienação de Investimentos	610	104
Alienação de Imobilizado de Uso	117	180
Aquisição de Ativos Financeiros ao Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes	(237.193)	(237.193)
Aquisição de Investimentos	-	(4.500)
Aquisição de Imobilizado de Uso	(61.802)	(67.639)
Aplicações no Intangível	(82.960)	(84.204)
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio Recebidos	86.485	-
Caixa Líquido Proveniente / (Aplicado) nas Atividades de Investimento	(290.100)	(388.609)
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento		
Emissão de Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital	69.941	69.941
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio Pagos	(115.819)	(129.512)
Caixa Líquido Proveniente / (Aplicado) nas Atividades de Financiamento	(45.878)	(59.571)
Aumento / (Redução) no Caixa e Equivalentes de Caixa	1.811.819	1.878.440
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Período	3.860.702	3.934.842
Caixa e Equivalentes de Caixa no Fim do Período	5.672.521	5.813.282
Aumento / (Redução) no Caixa e Equivalentes de Caixa	1.811.819	1.878.440

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO

	(Em milhares de reais)	
	30/09/2025	
	Banco	Consolidado
1 - RECEITAS	4.683.169	5.207.915
Intermediação Financeira	5.856.184	5.879.012
Prestação de Serviços	159.373	644.832
Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	(355.496)	(355.026)
Outras	(976.892)	(960.903)
2 - DESPESAS DE INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	(2.627.776)	(2.488.752)
3 - INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	(816.406)	(806.500)
Materiais, Energia e Outros	(36.571)	(38.270)
Serviços de Terceiros	(382.921)	(379.806)
Outros	(396.914)	(388.424)
Comunicações	(9.465)	(9.563)
Processamento de Dados	(206.303)	(194.457)
Propaganda, Publicidade e Publicações	(66.079)	(66.560)
Serviços do Sistema Financeiro	(20.586)	(21.047)
Transportes	(38.205)	(38.278)
Seguros	(22.194)	(22.799)
Outros	(34.082)	(35.720)
4 - VALOR ADICIONADO BRUTO (1-2-3)	1.238.987	1.912.663
5 - DEPRECIAÇÃO, AMORTIZAÇÃO E EXAUSTÃO	(163.523)	(167.615)
Depreciações e Amortizações	(163.523)	(167.615)
6 - VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE (4-5)	1.075.464	1.745.048
7 - VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	405.828	-
Resultado de Participações em Controladas	405.828	-
8 - VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR (6+7)	1.481.292	1.745.048
9 - DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	1.481.292	1.745.048
Pessoal	441.161	492.465
Remuneração Direta	341.407	387.335
Benefícios	79.820	83.958
FGTS	19.934	21.172
Impostos, Taxas e Contribuições	300.095	497.059
Federais	286.976	469.942
Estaduais	9	15
Municipais	13.110	27.102
Remuneração de Capitais de Terceiros	2.488	2.491
Aluguéis	2.488	2.491
Remuneração de Capitais Próprios	737.548	753.033
Juros sobre o Capital Próprio	213.126	213.126
Lucros Retidos do Período	524.422	524.422
Participação dos Não Controladores nos Lucros Retidos	-	15.485

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

1. Contexto Operacional

O Banco Mercantil do Brasil S.A. (Mercantil ou Banco) é uma companhia aberta autorizada a atuar como banco múltiplo e dispõe de ampla variedade de produtos e serviços disponibilizados através de canais digitais e físicos, por intermédio de sua rede de 352 Pontos de Atendimento. Atua diretamente e indiretamente por meio de suas controladas nas mais diversas modalidades de crédito, com destaque para operações de crédito consignado, crédito pessoal, crédito pessoal com garantia do FGTS e nos demais segmentos financeiros, nas áreas de investimento, distribuição e intermediação de valores, bem como na venda de seguros e serviços complementares de *marketplace*. A sede do Banco e seu local principal de negócios estão localizados na Avenida do Contorno, 5800 – 11º ao 15º andar, Savassi, Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil.

2. Elaboração e Apresentação das Demonstrações Financeiras

2.1. Apresentação das demonstrações financeiras

As informações contábeis contidas nas demonstrações financeiras do período findo em 30 de setembro de 2025 foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, que consideram as diretrizes emanadas da Lei nº 6.404/76 e as alterações introduzidas pelas Leis nºs 11.638/07 e 11.941/09 para contabilização e divulgações das operações, associadas às normas da Comissão de Valores Mobiliários – CVM, do Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, quando aplicáveis, do Conselho Monetário Nacional – CMN e do Banco Central do Brasil – Bacen, em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF, e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

Em conformidade com a Resolução CMN nº 4.818/20 e Resolução BCB nº 02/20, as demonstrações financeiras incluem o balanço patrimonial, a demonstração do resultado, a demonstração do resultado abrangente, a demonstração das mutações do patrimônio líquido, a demonstração dos fluxos de caixa, a demonstração do valor adicionado e as notas explicativas nos termos do art. 176, §4º, da Lei nº 6.404/76. Para elaboração das demonstrações financeiras em R\$ mil, de maneira geral, considera-se o arredondamento (1 para cima e 1 para baixo), seguindo as regras de arredondamento da ABNT.

Adicionalmente, inclui-se a Demonstração do Valor Adicionado – DVA requerida pela legislação societária brasileira aplicável às companhias abertas. A DVA foi preparada de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado.

Na elaboração das demonstrações financeiras é necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. As estimativas estão relacionadas as provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, provisões trabalhistas, cíveis e tributárias, determinação de constituição de provisão para imposto de renda e outras similares. Os resultados reais podem apresentar variações em relação às estimativas.

As classificações e mensurações de Ativos e Passivos Financeiros estão aderentes ao Modelo de Negócios aprovado pelo Conselho de Administração em 29/04/2025 conforme estabelece o art. 5º da Resolução 4.966/21.

As demonstrações financeiras foram concluídas e aprovadas pelo Conselho de Administração do Banco Mercantil em 04/11/2025.

2.2. Demonstrações financeiras consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas do período findo em 30 de setembro de 2025 foram elaboradas em consonância com as normas de consolidação da Lei nº 6.404/76, associadas às normas do Bacen e da CVM.

Assim, foram eliminadas as participações de uma instituição em outra, os saldos de contas, as receitas e despesas entre as mesmas e os lucros não realizados decorrentes de negócios entre o Banco e Controladas, bem como foram destacadas as parcelas do lucro líquido e do patrimônio líquido referentes às participações dos acionistas minoritários.

As demonstrações financeiras consolidadas contemplam o Banco e empresas controladas, direta e indiretamente (Consolidado), relacionadas abaixo:

Controladas direta e indiretamente:	Sigla	Participação
		% Set / 2025
Banco Mercantil de Investimentos S.A.	BMI	92,53
Mercantil Financeira S.A. – Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento ^(II)	Financeira	95,31
Mercantil do Brasil Corretora S.A. – Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários	MBC	99,99
Mercantil do Brasil Distribuidora S.A. – Títulos e Valores Mobiliários	MBD	100,00
Domo Digital Tecnologia S.A. ^(I)	Domo	99,16
COSEFI – Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros	COSEFI	100,00
SANSA – Negócios Imobiliários S.A.	SANSA	100,00
MB FII – Fundo de Investimento Imobiliário ^(IV)	MB FII	100,00
OPEA SPE 01 - Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros	OPEA	100,00
Mercantil Adm. Corretagem de Seguros S.A. ^(IV)	MACS	99,56
Bem Aqui Administradora e Corretora de Seguros, Previdência Privada e Correspondente Bancário S.A.	Bem Aqui	100,00
Mercantil do Brasil Marketplace e Empreendimentos Imobiliários S.A.	Marketplace	100,00
Altavis Plataforma de Bem Estar Ltda. ^{(III) (IV)}	Altavis	95,00
Dente Vitta Assistência Odonto Ltda. ^{(III) (IV)}	Dente Vitta	95,00
Geração Saber Cursos Livres Ltda. ^{(III) (IV)}	Geração Saber	95,00
Maturitec Solução em Tecnologia Ltda. ^{(III) (IV)}	Maturitec	95,00
Viva Notícias Ltda. ^{(III) (IV)}	Viva	95,00
Assistência Pet Nacional Ltda. ^{(III) (IV)}	Pet Nacional	90,00
Assistência Conecta Saúde Ltda. ^{(III) (IV)}	Conecta Saúde	95,00
Total Assistência Previdenciária Ltda. ^{(III) (IV)}	Total Prev	95,00

^(I) Foi considerado o total da participação societária da Domo detida pelo Banco e suas controladas Banco Mercantil de Investimentos S.A. e Mercantil Financeira S.A. – Crédito, Financiamento e Investimento (vide nota nº 11.1).

^(II) Denominação social alterada de Mercantil Financeira S.A. –Crédito, Financiamento e Investimento para Mercantil Financeira S.A. – Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento, conforme AGE realizada em 11 de setembro de 2025 e homologada pelo Bacen em 06 de outubro de 2025.

^(III) Empresas controladas pela Marketplace que foram constituídas para complementar o portfólio de serviços não financeiros do ecossistema do 50+ do Banco.

^(IV) Controladas Indiretamente.

2.3. Mudança da Política Contábil e reclassificação de informações comparativas

Em 1º de janeiro de 2025 entrou em vigor a Resolução CMN nº 4.966/21 que alterou os critérios contábeis de reconhecimento, mensuração e divulgação dos ativos e passivos financeiros. Os principais ajustes decorrentes da aplicação da norma são: (i) a Classificação das Operações de Créditos e Outros Créditos dado o que foi estabelecido pelo Modelo de Negócios; (ii) Apropriação de juros incorridos nas operações de crédito em atraso considerando expectativa de realização; (iii) Baixa dos ativos para prejuízo conforme novas disposições da norma; e (iv) Diferimento das receitas e/ou despesas de originação de Operações de Crédito, pelo prazo de respectivas operações, conforme metodologia de apuração da taxa de juros definida.

Balança Patrimonial - Banco	31/12/2024	Ajustes Res nº 4.966/21		01/01/2025
		Classificação	Mensuração	
Disponibilidades	1.304.575	-	-	1.304.575
Instrumentos Financeiros	22.136.219	-	(651.801)	21.484.418
Ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	1.202.143	-	-	1.202.143
Títulos e Valores Mobiliários	1.202.143	-	-	1.202.143
Ao custo amortizado	20.934.076	-	(651.801)	20.282.275
Depósitos no Banco Central do Brasil	576.988	-	-	576.988
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	3.047.788	-	-	3.047.788
Títulos e Valores Mobiliários	1.012.166	(20.124)	-	992.042
Operações de Crédito e Outros Créditos	16.652.449	20.124	20.188	16.692.761
(Provisão para perdas esperadas)	(372.395)	-	(671.989)	(1.044.384)
Outros Ativos Financeiros	17.080	-	-	17.080
Ativos Fiscais	605.329	-	293.310	898.639
Correntes	208.129	-	-	208.129
Diferidos	397.200	-	293.310	690.510
Ativos Não Financeiros Mantidos para Venda	51.740	-	-	51.740
Outros Ativos	470.995	-	-	470.995
Investimentos	1.213.112	-	-	1.213.112
Imobilizado	144.106	-	-	144.106
Intangível	164.540	-	-	164.540
Total do Ativo	26.090.616	-	(358.491)	25.732.125
Depósitos de demais Instrumentos Financeiros	22.894.587	-	-	22.894.587
Ao custo amortizado	22.894.587	-	-	22.894.587
Provisões	266.842	-	-	266.842
Passivos Fiscais	79.311	-	-	79.311
Outros Passivos	761.570	-	-	761.570
Patrimônio Líquido	2.088.306	-	(358.491)	1.729.815
Total do Passivo e Patrimônio Líquido	26.090.616	-	(358.491)	25.732.125

NOTAS EXPLICATIVAS

Balço Patrimonial - Consolidado	31/12/2024	Ajustes Res nº 4.966/21		01/01/2025
		Classificação	Mensuração	
Disponibilidades	1.311.041	-	-	1.311.041
Instrumentos Financeiros	22.635.860	-	(651.525)	21.984.335
Ao valor justo por meio do resultado	-	94.302	13.284	107.586
Ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	1.752.400	(94.302)	(5.939)	1.652.159
Ao custo amortizado	20.883.460	-	(658.870)	20.224.590
Depósitos no Banco Central do Brasil	576.988	-	-	576.988
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	2.674.749	-	-	2.674.749
Títulos e Valores Mobiliários	814.429	(240.139)	-	574.290
Operações de Crédito e Outros Créditos	17.116.550	240.139	20.790	17.377.479
(Provisão para perdas esperadas)	(377.084)	-	(679.660)	(1.056.744)
Outros Ativos Financeiros	77.828	-	-	77.828
Ativos Fiscais	661.402	-	298.817	960.219
Correntes	228.166	-	-	228.166
Diferidos	433.236	-	298.817	732.053
Ativos Não Financeiros Mantidos para Venda	51.740	-	-	51.740
Outros Ativos	425.386	-	-	425.386
Investimentos	18.676	-	-	18.676
Imobilizado	152.676	-	-	152.676
Intangível	164.639	-	-	164.639
Total do Ativo	25.421.420	-	(352.708)	25.068.712
Depósitos de demais Instrumentos Financeiros	22.094.738	-	-	22.094.738
Ao custo amortizado	22.094.738	-	-	22.094.738
Provisões	299.303	-	-	299.303
Passivos Fiscais	113.678	-	5.978	119.656
Correntes	105.500	-	-	105.500
Diferidos	8.178	-	5.978	14.156
Outros Passivos	787.470	-	-	787.470
Patrimônio Líquido	2.126.231	-	(358.686)	1.767.545
Total do Passivo e Patrimônio Líquido	25.421.420	-	(352.708)	25.068.712

Os critérios contábeis estabelecidos pela Resolução CMN nº 4.966/21 foram aplicados prospectivamente e efeitos dos ajustes decorrentes da sua aplicação foram registrados em contrapartida à conta de lucros ou prejuízos acumulados pelo valor líquido dos efeitos tributários.

Adicionalmente, o Banco aderiu à faculdade dada às instituições financeiras, conforme o disposto no artigo 79 da Resolução CMN nº 4.966/21 que dispensou as instituições financeiras da apresentação comparativa nas demonstrações financeiras referentes aos períodos do ano de 2025 relativamente aos períodos anteriores.

2.4. Principais políticas contábeis e estimativas críticas

a) Apresentação de demonstração por segmentos operacionais

A apresentação das informações por segmentos é consistente com o Planejamento Estratégico e Mercadológico, através do qual o Banco toma decisões para alocação de recursos e investimentos, que têm como foco principal os Segmentos Financeiro, que operam crédito em suas diversas modalidades, *Marketplace* que complementa o portfólio de serviços não financeiros do ecossistema 50+, entre outros segmentos constituídos, basicamente, pelos setores imobiliário, de securitização e tecnologia da informação.

b) Caixa e Equivalentes de Caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados, basicamente, por disponibilidades, depósitos bancários disponíveis e investimentos de curto prazo de alta liquidez que são prontamente conversíveis em caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor e limites, cujo prazo de vencimento seja igual ou inferior a 90 dias, na data de aquisição, sendo utilizados pelo Banco para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

c) Conversão de moeda estrangeira

• Moeda Funcional e Moeda de Apresentação

As informações contábeis do Banco e suas empresas Controladas, diretas ou indiretamente, estão apresentadas em reais, que é sua moeda funcional e de apresentação.

• Operações em Moeda Estrangeira

O critério para conversão dos saldos ativos e passivos das operações em moedas estrangeiras, quando ocorrem, consiste na conversão desses valores para moeda nacional (R\$) à taxa de câmbio vigente na data de encerramento do período. Em 30 de setembro de 2025, a taxa de câmbio aplicável era: US\$ 1,00 = R\$ 5,3180

d) Instrumentos Financeiros

Os ativos financeiros podem estar classificados em três categorias: (i) ao custo amortizado, (ii) ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e (iii) ao valor justo por meio do resultado, com base no modelo de negócios e de acordo com as disposições da Resolução CMN nº 4.966/21.

O modelo de negócio configura a maneira pela qual o Banco administra seus ativos financeiros para gerar fluxos de caixa. O objetivo da Administração para um determinado modelo de negócio, é: (i) manter os ativos para receber os fluxos de caixa contratuais; (ii) manter os ativos para receber os fluxos de caixa contratuais e venda; ou (iii) manter os ativos para negociação.

Para ratificar a classificação com base no modelo de negócios, nas categorias que levam em consideração a intenção da administração em obter fluxos de caixa contratuais, é necessário a aplicação do teste SPPJ – Somente Pagamentos de Principal e Juros (*Solely Payments of Principal and Interest - SPPJ Test*), cujo objetivo é verificar se as disposições contratuais dos ativos e passivos financeiros constituem apenas pagamento de principal e juros, ou seja devem incluir apenas contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e respectivo risco de crédito.

(i) Ativos financeiros ao custo amortizado

São ativos financeiros adquiridos ou originados com o objetivo de receber fluxos de caixas contratuais que se constituem, exclusivamente, pelo pagamento de principal e juros.

Os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado são ativos reconhecidos inicialmente a valor justo incluindo os custos diretos e incrementais, e contabilizados, subsequentemente, pelo custo amortizado utilizando-se do método da taxa efetiva de juros.

Os juros são reconhecidos na demonstração do resultado como "Resultado de Títulos e Valores Mobiliários".

(ii) Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes

São ativos adquiridos ou originados cujo objetivo seja atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixas contratuais quanto pela sua venda.

São reconhecidos inicialmente ao valor justo, mais os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou à sua emissão e são mensurados, subsequentemente, ao valor justo com os ganhos e perdas reconhecidos em Outros resultados abrangentes até que o ativo financeiro deixe de ser reconhecido. As perdas de crédito esperadas são reconhecidas no resultado.

As receitas de juros de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes são reconhecidas em "Resultado de Títulos e Valores Mobiliários".

(iii) Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

São registradas as operações não classificadas como ativos financeiros ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ou aqueles que no reconhecimento inicial são irrevogavelmente designados ao Valor justo por meio do resultado, caso isso elimine ou reduza significativamente descasamentos contábeis.

Os ativos financeiros mensurados ao Valor justo por meio do resultado são registrados e inicialmente avaliados pelo valor justo, sendo as respectivas modificações subsequentes do valor justo reconhecidas imediatamente no resultado.

As receitas de juros de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são reconhecidas em "Resultado de Títulos e Valores Mobiliários".

(iv) Passivos Financeiros

Os passivos financeiros são mensurados ao custo amortizado, exceto quando houver passivos financeiros designados como objeto de *hedge* (ou instrumentos de proteção), os quais são mensurados ao valor justo.

Os passivos financeiros ao valor justo são, inicialmente, mensurados pelo custo da transação e são, subsequentemente, ajustados pelo valor justo. São demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram, quando aplicável, os encargos exigíveis atualizados até a data do balanço, reconhecidos *pro rata die*.

Nas operações de captação de recursos mediante emissão de títulos e valores mobiliários, as despesas associadas são apropriadas ao resultado de acordo com o prazo da operação e demonstradas como redutoras no passivo correspondente.

(v) Derivativos

De acordo com a Resolução CMN nº 4.966/21, os Instrumentos Financeiros Derivativos podem ser classificados de acordo com a sua natureza nas seguintes categorias:

- **Hedge de valor justo** - os instrumentos financeiros classificados nesta categoria, bem como seus ativos e passivos financeiros relacionados, objeto de *hedge*, têm seus ganhos e perdas, realizados ou não realizados, registrados em conta de resultado;
- **Hedge de fluxo de caixa** - os instrumentos financeiros classificados nesta categoria têm parcela efetiva das valorizações ou desvalorizações registradas, líquida dos efeitos tributários, em conta destacada

no patrimônio líquido. A parcela não efetiva do respectivo *hedge* é reconhecida diretamente em conta de resultado; e

- **Hedge de investimento líquido em operação no exterior** - os instrumentos financeiros classificados nesta categoria têm como objetivo proteger a variação cambial de investimentos no exterior, cuja moeda funcional seja diferente da moeda nacional, sendo contabilizados de acordo com os procedimentos contábeis aplicáveis à categoria de *hedge* de fluxo de caixa, ou seja, com a parcela efetiva reconhecida em patrimônio líquido, líquida dos efeitos tributários, e a parcela não efetiva reconhecida em resultado do período.

As operações que utilizam instrumentos financeiros e que não atendam aos critérios de *hedge* contábil, principalmente derivativos utilizados para administrar a exposição global de risco, são contabilizadas pelo valor de mercado, com as valorizações ou desvalorizações reconhecidas diretamente no resultado.

Para as operações contratadas em negociação associada à operação de captação ou aplicação de recursos, a valorização ou desvalorização decorrente de ajuste a valor de mercado poderá ser desconsiderada, desde que não seja permitida a sua negociação ou liquidação em separado da operação a ele associada, que nas hipóteses de liquidação antecipada desta operação, a mesma ocorra pelo valor contratado, e que seja contratado pelo mesmo prazo e com a mesma contraparte.

(vi) Baixa de ativos financeiros

A baixa de ativos financeiros é efetuada quando não há expectativa razoável de recuperação dos respectivos valores, quando expiram os direitos contratuais sobre seus fluxos de caixa, ou quando são transferidos os direitos de recebimento desses fluxos de caixa juntamente com a transferência substancial de todos os riscos e benefícios inerentes à propriedade do ativo.

Os passivos financeiros são baixados quando as obrigações contratuais são liquidadas, canceladas, resgatadas ou expiram.

(vii) Determinação do valor justo

A determinação do valor justo da maioria dos ativos e passivos financeiros é baseada nos preços de cotações do mercado ou cotações de preços de distribuidoras para os instrumentos financeiros negociados em mercados ativos. Para os demais instrumentos financeiros, o valor justo é determinado utilizando-se de técnicas de avaliação, as quais incluem uso de transações em mercado recente, método de fluxos de caixa descontados, comparação com instrumentos similares para os quais existam preços observáveis no mercado e modelos de avaliação.

De acordo com a Resolução CMN nº 4.924/21, que aprova e torna obrigatório o pronunciamento técnico CPC 46 – Mensuração do Valor Justo, os ativos e passivos financeiros que são mensurados pelo valor justo, após o reconhecimento inicial, são agrupados nos níveis 1 a 3 com base no grau observável do valor justo:

- **Nível 1:** são obtidos por meio de preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos.
- **Nível 2:** são obtidos por meio de informações que são observáveis para o ativo ou passivo, seja direta ou indiretamente, exceto preços cotados incluídos no Nível 1.
- **Nível 3:** são obtidos por meio de técnicas de avaliação que incluem variáveis para o ativo ou passivo, mas que, em grande parte, não têm como base os dados observáveis de mercado.

(viii) Provisão para perdas esperadas (*Impairment*)

- **Ativos mensurados ao custo amortizado**

O Banco avalia, em cada data do balanço, se existe evidência objetiva de que um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros está com perda do valor recuperável (*impairment*). Um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros sofrerá *impairment* quando o risco de crédito desse instrumento financeiro tiver aumentado significativamente desde o reconhecimento inicial.

No caso de ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, o valor da provisão para perda apurada com base na avaliação do aumento no risco de crédito que ocorre ao longo da vida esperada do instrumento financeiro é apresentado como uma redução do saldo do ativo.

O Banco possui políticas, métodos e procedimentos para cobrir seu risco de crédito decorrente de insolvência atribuível a contraparte.

Essas políticas, métodos e procedimentos são aplicados na concessão, no exame e na documentação de instrumentos de dívida e compromissos, na identificação de sua não recuperação e no cálculo dos valores necessários para cobrir o respectivo risco de crédito.

O Banco mensura os ativos financeiros ao custo amortizado que atendam aos critérios de gestão do modelo de negócios e às características dos fluxos de caixa contratuais, conforme estabelecido pela Resolução CMN nº 4.966/21. Para esses ativos, são reconhecidas provisões para perdas esperadas, refletindo a evolução do risco de crédito ao longo do tempo.

A avaliação do risco de crédito é realizada mensalmente para determinar se houve um aumento significativo do risco desde o reconhecimento inicial do ativo. A metodologia de provisionamento segue a abordagem de estágios do Resolução CMN nº 4.966/21, que classifica os ativos financeiros em três categorias com base no risco de crédito:

- **Estágio 1 – Ativos Realizáveis:** Aplicação de provisão para perda com base na expectativa de perda de crédito para os próximos 12 meses, para ativos que não apresentem aumento significativo do risco de crédito desde o reconhecimento inicial.
- **Estágio 2 – Ativos de Realização Duvidosa:** Aplicação de provisão considerando a perda esperada ao longo da vida do ativo, para aqueles que tenham sofrido aumento significativo do risco de crédito.
- **Estágio 3 – Ativos Não Realizáveis:** É caracterizado pelo atraso superior a 90 dias e/ou indicativo de que a respectiva obrigação não será integralmente honrada nas condições pactuadas, sem que seja necessário recorrer a garantias ou a colaterais. Nesse estágio, é vedado o reconhecimento, no resultado do período, de receita de qualquer natureza ainda não recebida relativa ao ativo financeiro com problema de recuperação de crédito.

A reclassificação entre os estágios ocorre conforme a evolução do risco de crédito do ativo, salvo em casos de ativos financeiros adquiridos ou originados já com evidência de perda de crédito, os quais permanecem no Estágio 3 até sua liquidação ou baixa.

Metodologia de Provisionamento

O Banco adota políticas e procedimentos específicos para gerenciar e mitigar o risco de crédito associado aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado. A estrutura de provisionamento é composta por dois grupos principais, com critérios distintos, de apuração da provisão:

- **Créditos avaliados individualmente:** Engloba operações em que a provisão é determinada com base em critérios específicos de cada produto e em gatilhos de *impairment* previamente definidos.
- **Créditos avaliados coletivamente:** Abrange operações sujeitas a modelagem estatística para estimativa da perda esperada, com base em padrões históricos de inadimplência. Para esses créditos, são aplicados percentuais de perda conforme a segmentação da carteira e os diferentes Estágios de risco de crédito.

Os parâmetros de perda são calculados utilizando séries históricas, resultando na definição de uma taxa mediana de perda esperada. Essa análise é revisada anualmente com base nas informações mais recentes disponíveis e embutindo visões prospectivas.

Adicionalmente em atendimento à Resolução BCB nº 352/2023, o nível de provisão das operações de crédito deve corresponder ao valor resultante da aplicação dos percentuais definidos na tabela contemplada no Anexo I da Resolução, observados os períodos de atraso e as carteiras definidas por esta Resolução, sobre o valor contábil bruto do ativo.

Critérios de Classificação e Avaliação

A carteira de crédito do Banco é segmentada para permitir uma avaliação granular do risco e a adequada mensuração da provisão para perdas. Essa segmentação leva em consideração fatores como: Região geográfica; Tipo de produto; Prazo contratual remanescente; Perfil do cliente ou beneficiário; Idade; Gênero; etc.

Para aprimorar a precisão da provisão, são realizados estudos periódicos sobre recuperação de crédito, bem como estudos sobre a redução do risco de crédito com base na quantidade de parcelas pagas após a regularização da operação, processo conhecido como "Cura".

Reconhecimento da Receita de Juros

A receita de juros sobre ativos classificados nos Estágios 1 e 2 é reconhecida proporcionalmente ao prazo decorrido, uma vez que ainda há expectativa de realização dos fluxos de caixa.

No Estágio 3, estão registradas as operações com perspectiva de problema de liquidez (Ativos Problemáticos). Neste estágio, o reconhecimento da receita de juros é interrompido. Nos casos em que a operação deixar de ser classificada como um ativo com problema de recuperação de crédito, levando em conta os critérios de Cura, o reconhecimento poderá ser retomado, de forma prospectiva, seguindo o método de juros efetivos.

Com base na análise da carteira de empréstimos e recebíveis, considera-se que operações com atraso inferior a 90 dias e sem outros sinais de deterioração do crédito permanecem classificadas como realizáveis.

Essa abordagem assegura que a provisão para perda seja adequada à realidade do risco da carteira e esteja em conformidade com os princípios contábeis e regulatórios aplicáveis.

- **Ativos classificados como Ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes**

O Banco avalia no final de cada período se há aumento no risco de crédito de um ativo financeiro ou de um grupo de ativos financeiros.

Para ativos financeiros, a perda de crédito é o valor presente da diferença entre os fluxos de caixa contratuais e os fluxos de caixa que se espera receber.

A provisão para perdas de ativos financeiros que são mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes será reconhecida no resultado, à rubrica Outras Despesas Operacionais.

e) Impostos e Contribuições

- **Contribuições sociais relativas ao PIS e a COFINS**

As contribuições sociais relativas ao PIS (Programa de Integração Social) e a COFINS (Contribuição para Financiamento da Seguridade Social) são calculadas com base na Receita Bruta de que trata o artigo 12 do Decreto-Lei nº 1.598/77, em conformidade com a Lei nº 12.973/14 e regulamentação complementar, e são recolhidas às alíquotas de 0,65% e 4,00%, respectivamente, pelo regime cumulativo.

- **Impostos sobre renda corrente e diferido**

A provisão para o imposto de renda é registrada pelo regime de competência e constituída com base no lucro, ajustado pelas adições e exclusões de caráter temporário e permanente, à alíquota de 15%, acrescida de adicional de 10% sobre o lucro tributável anual excedente a R\$ 240. A contribuição social foi constituída com base no lucro tributável à alíquota de 20% em conformidade com a Lei nº 14.183/21.

Os impostos diferidos provenientes de diferenças temporárias, prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, se houver, são reconhecidos com base em estudo técnico de estimativa de lucros tributáveis futuros, de acordo com a Resolução CMN nº 4.842/20, Resolução BCB nº 15/20 e regulamentação complementar e são apresentados, integralmente, no ativo não circulante, com base na Resolução BCB nº 2/20.

- f) **Ativos não financeiros mantidos para venda**

São compostos por bens imóveis, máquinas, equipamentos e veículos não utilizados operacionalmente, direcionados para venda ou recebidos por dação em pagamento.

Estão reconhecidos, conforme estabelece a Resolução CMN nº 4.747/19, pelo menor valor entre o valor contábil ou valor contábil bruto do respectivo instrumento financeiro de difícil ou duvidosa solução e o valor justo do respectivo bem.

Os ativos não financeiros mantidos para venda, que eventualmente apresentarem dificuldade para realizar a negociação são periodicamente avaliados por *impairment*, através de laudo técnico.

- g) **Imobilizado**

- **Imóveis para renda**

Os Imóveis para renda ou propriedades para investimento referem-se a terrenos e empreendimentos constituídos pelas Controladas do Banco. Estão registrados pelo custo de aquisição e são depreciados com base na vida útil do ativo.

- **Imobilizado de uso**

O Imobilizado de uso está apresentado ao custo ajustado pela depreciação, calculada com base na vida útil dos bens. Os valores residuais, a vida útil e o valor recuperável dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.

- **Imobilizado de Arrendamento**

Em 1º de janeiro de 2025, entrou em vigor a Resolução nº 4.975/21, que dispõe sobre os critérios contábeis aplicáveis às operações de arrendamento mercantil pelas instituições financeiras.

O Banco é arrendatário, principalmente, de bens imóveis, utilizados operacionalmente na forma de agências e postos de atendimento. Estão reconhecidos a valor presente nas Demonstrações Financeiras do Banco como "Bens de direito de uso" em contrapartida às "Obrigações por Aquisição de Bens e Direitos" que correspondem ao saldo a pagar dos arrendamentos registrados a valor presente. Os bens de direito de uso são depreciados com base na vida útil do ativo. A despesa financeira correspondente aos juros do passivo de arrendamento é reconhecida na rubrica Outras Despesas Operacionais, no Resultado.

- h) **Intangível**

O ativo intangível corresponde a gastos com aquisição e desenvolvimento de logiciais e são registrados ao custo de aquisição. A amortização dos ativos intangíveis é calculada com base na vida útil atribuída ao bem, que está definida, basicamente, entre 3 e 5 anos, conforme o caso.

i) Redução ao Valor Recuperável de Ativos

Em conformidade com a Resolução CVM nº 90/22 e Resolução CMN nº 4.924/21, que aprovaram e tornaram obrigatório o pronunciamento técnico CPC 01 (R1) – Redução ao Valor Recuperável de Ativos, o Banco realiza análise para verificar se o valor de contabilização dos ativos ou conjunto de ativos não financeiros, exceto outros valores e bens e créditos tributários, exceder o seu valor recuperável. Neste caso é reconhecida uma perda por desvalorização (*impairment*) em contrapartida com o resultado.

j) Provisões, Ativos e Passivos contingentes

O controle das contingências ativas, passivas e provisões é efetuado de acordo com os critérios definidos na Resolução CVM nº 72/22, com observância da Resolução CMN nº 3.823/09:

- **Ativos contingentes** – não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável são apenas divulgados nas demonstrações financeiras.
- **Passivos contingentes** – são divulgados sempre que classificados como perdas possíveis, observando-se o parecer dos consultores jurídicos externos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento dos Tribunais.
- **Provisões** – originam-se de processos judiciais relacionados a obrigações trabalhistas, cíveis entre outras, observando-se os pareceres dos consultores jurídicos externos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento dos Tribunais. Tais processos têm seus montantes reconhecidos quando evidenciam uma provável saída de recursos para liquidar a obrigação e quando os valores envolvidos forem mensurados com segurança.
- **Obrigações legais** – provisão para riscos fiscais - referem-se às obrigações tributárias legalmente instituídas, que são contestadas judicialmente quanto à legalidade ou constitucionalidade que, independentemente da probabilidade de chance de êxito dos processos judiciais em andamento, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras.

Contemplam também as obrigações tributárias legalmente instituídas, que são contestadas judicialmente quanto à legalidade ou constitucionalidade que, independentemente da probabilidade de chance de êxito dos processos judiciais em andamento, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações contábeis.

k) Lucro por ação

O Lucro por ação básico é apresentado com base nas duas classes de ações, ordinárias e preferenciais, e é calculado pela divisão do lucro líquido atribuível à controladora pela média ponderada de ações de cada classe em circulação no exercício (vide nota nº 17.4.).

O Banco não possui instrumentos com potencial de diluição e, dessa forma, o lucro por ação diluído é igual ao básico.

l) Juros sobre o capital próprio

Os juros sobre o capital próprio, deliberados, provisionados e pagos aos acionistas, e os recebidos ou a receber das controladas são calculados em conformidade com a Lei nº 9.249/95 e são apresentados nas demonstrações financeiras de acordo com o que estabelece a Resolução CMN nº 4.872/20 da seguinte forma: (i) Os juros sobre o capital próprio que configure obrigação presente na data do balancete são reconhecidos no passivo, conforme o caso, em contrapartida à adequada conta de lucros acumulados; e (ii) Os juros sobre o capital próprio a receber das controladas são reconhecidos no ativo, quando a instituição obtiver o direito a recebê-lo, mensurado conforme valor declarado pela entidade investida, em contrapartida ao respectivo investimento.

m) Planos de Benefícios

O Banco dispõe de um Plano de Remuneração específico para os administradores, que contempla diretrizes para pagamento da remuneração fixa e variável alinhadas à política de gestão de riscos da Instituição e às melhores práticas de mercado, em conformidade com a Resolução CMN nº 5.177/24. O montante da remuneração global é aprovado anualmente na Assembleia Geral Ordinária. O direito à Remuneração Variável está condicionado ao atingimento dos objetivos estratégicos da Instituição, às metas individuais e de áreas de atuação dos administradores.

n) Eventos não recorrentes

Os resultados não recorrentes, quando ocorrem, são demonstrados em conformidade com o que trata a Resolução BCB nº 02/20 e referem-se aos eventos que não são relacionados com as atividades típicas do Banco ou são relacionados, mas não estão previstos de ocorrer com frequência nos exercícios futuros.

o) Estimativas e julgamentos contábeis críticos

A elaboração das demonstrações financeiras requer a utilização de julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das práticas contábeis nos valores apresentados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os valores reais podem ser diferentes destas estimativas.

As estimativas contábeis são revisadas periodicamente e têm seus montantes reconhecidos na data base da revisão, bem como nos períodos futuros afetados, tais como:

- **Provisão para Perdas Esperadas (*Impairment*):** o Banco avalia, em cada data do balanço, se houve um aumento no risco de crédito de ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros e qual a perda esperada atribuída a estes ativos. Para determinar a mensuração da perda de crédito esperada, o Banco exerce seu julgamento considerando se existem evidências objetivas que indicam que ocorreu um aumento no risco de crédito.
- **Valor justo dos Ativos e Passivos Financeiros:** a mensuração do valor se baseia em cotações no mercado principal ou, na ausência de um mercado principal, no mercado mais vantajoso para os ativos ou passivos financeiros levando em consideração todas as informações razoavelmente disponíveis. O valor justo de ativos e passivos financeiros que não são negociados em um mercado principal e que não possuem informações disponíveis é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação.
- **Ativos e Passivos Contingentes:** as contingências do Banco são registradas de acordo com estudos técnicos realizados por consultores jurídicos externos, que classificam as ações de acordo com a expectativa de êxito e estudos internos cuja modelagem aplicada resulta numa melhor avaliação de contingências massificadas; e
- **Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos:** os ativos fiscais diferidos são reconhecidos na medida em que seja considerado provável que as instituições terão lucros tributáveis futuros suficientes para cobrir os ativos fiscais diferidos a serem utilizados e são avaliados com base em estudo técnico de estimativa de lucros tributáveis.

3. Demonstração por Segmentos Operacionais

A apresentação das informações por segmentos é conforme segue:

Balço Patrimonial	Financeiras ^(I)	Intermediação de Seguros e Negócios	Marketplace ^(II)	Outros ^(III)	Eliminações	Set / 2025
Disponibilidades	1.310.412	2.755	56.044	5.778	(58.865)	1.316.124
Instrumentos financeiros	28.212.886	277.578	469.558	1.358.662	(2.326.077)	27.992.607
Ativos fiscais	903.722	1.246	6.720	6.572	-	918.260
Ativos Não Financeiros Mantidos para Venda	47.251	-	-	-	-	47.251
Outros ativos	390.006	10.006	4.472	753	(1.943)	403.294
Investimentos	875.767	15.525	12.010	1.940	(882.170)	23.072
Imobilizado	562.071	47.991	705	2.937	-	613.704
Intangível	193.302	-	1.309	17	-	194.628
Ativo Total	32.495.417	355.101	550.818	1.376.659	(3.269.055)	31.508.940
Passivos financeiros	28.442.580	-	-	1.002.507	(2.077.377)	27.367.710
Provisões	323.498	2.288	-	188	-	325.974
Passivos fiscais	116.700	13.399	20.742	1.265	-	152.106
Outros passivos	1.325.128	44.872	(8.965)	13.880	(1.943)	1.372.972
Patrimônio Líquido	2.287.511	294.542	539.041	358.819	(1.189.735)	2.290.178
Passivo Total	32.495.417	355.101	550.818	1.376.659	(3.269.055)	31.508.940

DRE	Financeiras ⁽ⁱ⁾	Intermediação de Seguros e Negócios	Marketplace ⁽ⁱⁱ⁾	Outros ⁽ⁱⁱⁱ⁾	Eliminações	Set / 2025
Receitas da Intermediação Financeira	5.954.890	22.638	37.557	212.431	(348.504)	5.879.012
Despesas da Intermediação Financeira	(2.633.071)	-	-	(119.360)	263.679	(2.488.752)
Resultado Líquido da Intermediação Financeira	3.321.819	22.638	37.557	93.071	(84.825)	3.390.260
(-) Perdas Esperadas de Ativos Financeiros	(355.026)	-	-	-	-	(355.026)
Resultado Líquido da Perda Esperada de Ativos Financeiros	2.966.793	22.638	37.557	93.071	(84.825)	3.035.234
Outras Receitas / (Despesas) Operacionais	(2.144.950)	128.655	297.322	(4.759)	(372.402)	(2.096.134)
Receita de Prestação de Serviços	158.179	190.970	330.207	25.850	(60.374)	644.832
Resultado de Participações em Controladas	371.766	746	(57)	(53)	(372.402)	-
Despesas de Pessoal	(529.190)	(28.264)	(3.927)	(11.297)	-	(572.678)
Outras Despesas Administrativas	(999.083)	(9.324)	(4.773)	(11.676)	48.250	(976.606)
Despesas Tributárias	(179.699)	(24.034)	(21.678)	(5.368)	-	(230.779)
Outras Receitas Operacionais	79.350	273	285	234	(76)	80.066
Outras Despesas Operacionais	(868.402)	(1.498)	(2.735)	(2.449)	12.200	(862.884)
Reversões / (Despesas) de Provisões	(177.871)	(214)	-	-	-	(178.085)
Resultado antes dos impostos	821.843	151.293	334.879	88.312	(457.227)	939.100
IR e CS	(82.410)	(53.382)	(48.821)	(1.454)	-	(186.067)
Participações dos não Controladores	(1.883)	-	(13.601)	-	(1)	(15.485)
Lucro Líquido	737.550	97.911	272.457	86.858	(457.228)	737.548

⁽ⁱ⁾ Segmento "Financeiras" é representado por instituições financeiras que operam crédito em suas diversas modalidades.

⁽ⁱⁱ⁾ Marketplace e suas empresas que complementam o portfólio de serviços não financeiros do ecossistema 50+.

⁽ⁱⁱⁱ⁾ Segmento "Outros" são constituídos, basicamente, pelos segmentos de securitização e tecnologia.

4. Caixa e Equivalentes de Caixa

Descrição	Set / 2025	
	Banco	Consolidado
Disponibilidades	1.310.412	1.316.124
Aplicações interfinanceiras de liquidez	4.362.109	4.497.158
Aplicações no mercado aberto – Posição bancada	4.328.418	4.463.467
Aplicações em depósitos interfinanceiros	33.691	33.691
Total	5.672.521	5.813.282

5. Instrumentos Financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes

5.1. Títulos e Valores Mobiliários ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes

a) Composição dos Títulos e Valores Mobiliários ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes

Banco	Set / 2025			
	Custo Amortizado	Marcação a Mercado	Perda Esperada	Valor justo/ Contábil
Letras Financeiras do Tesouro	1.191.905	1.166	-	1.193.071
Debêntures	496	-	(1)	495
Total Contábil	1.192.401	1.166	(1)	1.193.566

Consolidado	Set / 2025			
	Custo Amortizado	Marcação a Mercado	Perda Esperada	Valor justo/ Contábil
Letras Financeiras do Tesouro	1.296.374	1.253	-	1.297.627
Certificado de Recebíveis do Agronegócio	67.160	316	(6.610)	60.866
Certificado de Recebíveis Imobiliários	21.427	1.160	(35)	22.552
Certificado de Direitos Creditórios do Agronegócio	8.740	-	(14)	8.726
Certificado de Depósitos Bancários	2.104	-	-	2.104
Nota Comercial	4.510	-	(14)	4.496
Debêntures	5.482	(1)	(33)	5.448
Total Contábil	1.405.797	2.728	(6.706)	1.401.819

b) Títulos e Valores Mobiliários ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes por vencimento

Prazo	Set / 2025	
	Banco	Consolidado
Até 1 ano	286.864	324.428
De 1 a 2 anos	190.475	196.987
De 2 a 3 anos	70.192	107.079
De 3 a 4 anos	40.530	46.689
De 4 a 5 anos	361.500	366.855
Acima de 5 anos	244.005	359.781
Total	1.193.566	1.401.819

Os Títulos e Valores Mobiliários, de acordo com suas especificidades, encontram-se registrados na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (B3) e no Sistema Especial de Liquidação e Custódia (SELIC).

A principal metodologia de valoração dos títulos utilizada é a multiplicação da quantidade de ativos em estoque pelos preços de mercado divulgados pelos sistemas de informação de mercado (ANBIMA, B3 ou demais feeders). Caso não seja possível capturar os preços de mercado, em decorrência de baixa liquidez dos ativos

ou em função dos mesmos não possuírem registros de transações, serão estabelecidos preços teóricos através de metodologias reconhecidamente utilizadas no mercado financeiro nacional.

Adicionalmente, os títulos e valores mobiliários têm seu valor justo calculado utilizando metodologia específica de apuração da perda esperada, independente do processo de precificação à mercado, conforme definido na política institucional.

c) Perda esperada

A perda esperada, referente aos ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, é como segue:

Banco	Jan / 2025	Ganhos/ Perdas	Compras	Liquidações	Set / 2025
Estágio 1	(2)	1	-	-	(1)
Debêntures	(2)	1	-	-	(1)
Total Geral	(2)	1	-	-	(1)

Consolidado	Jan / 2025	Ganhos/ Perdas	Compras	Liquidações	Set / 2025
Estágio 1	(379)	(944)	(167)	408	(1.082)
Debêntures	(2)	(1)	(32)	2	(33)
Nota Comercial	-	4	(21)	3	(14)
CRA	(358)	(902)	(114)	388	(986)
CDCA	-	(18)	-	4	(14)
CRI	(19)	(27)	-	11	(35)
Estágio 3	(562)	(5.062)	-	-	(5.624)
CRA	(562)	(5.062)	-	-	(5.624)
Total Geral	(941)	(6.006)	(167)	408	(6.706)

d) Resultado com Títulos e Valores Mobiliários ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes

Descrição	Set / 2025	
	Banco	Consolidado
Ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	138.410	171.516
Total	138.410	171.516

6. Instrumentos Financeiros ao valor justo por meio do resultado

6.1. Títulos e Valores Mobiliários ao valor justo por meio do resultado

a) Composição dos Títulos e Valores Mobiliários ao valor justo por meio do resultado

Consolidado	Set / 2025
Cotas de Fundo Imobiliário	37.932
Fundo de investimentos em direitos creditórios	25.069
Funcine	1.347
Cotas de Fundo de Investimento	364
Cotas de Fundo de Participação de Negociação e Membro de Compensação	5.571
Total Contábil	70.283

b) Títulos e Valores Mobiliários ao valor justo por meio do resultado por vencimento

Consolidado	Set / 2025
Indeterminado	50.195
De 1 a 2 anos	20.088
Total	70.283

Os Títulos e Valores Mobiliários, de acordo com suas especificidades, encontram-se registrados na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (B3) e no Sistema Especial de Liquidação e Custódia (SELIC).

As Cotas dos Fundos de Investimentos foram registradas de acordo com a cotação informada pelos administradores.

c) Perda esperada

A perda esperada, referente aos ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, é como segue:

Consolidado	Jan / 2025	Ganhos/ Perdas	Set / 2025
Estágio 1	(136)	136	-
FIDC	(98)	98	-
Cotas de Fundos	(38)	38	-
Total Geral	(136)	136	-

d) Resultado com Títulos e Valores Mobiliários ao valor justo por meio do resultado

Descrição	Set / 2025	
	Banco	Consolidado
Ao valor justo por meio do Resultado	-	3.360
Total	-	3.360

6.2. Instrumentos Financeiros Derivativos

Os instrumentos financeiros derivativos negociados pelo Banco são, basicamente, operações de contratos futuros utilizadas como instrumentos destinados à proteção das operações em moedas estrangeiras frente aos riscos de variações cambiais e de taxas de juros para proteção de posições prefixadas, e estão classificados de acordo com a intenção da Administração de acordo com a Resolução CMN nº 4.966/21.

São utilizados em duas estratégias: carteira de negociação (*trading*) e carteira bancária (*banking*). São classificados na carteira de negociação os derivativos mantidos com intenção de negociação, ou destinados a *hedge* de outros elementos da Carteira *Trading*, que não possuem limitação de sua negociabilidade. Já na carteira bancária são mantidos os derivativos destinados às operações estruturais, não classificados como de negociação.

O gerenciamento dos riscos é controlado e supervisionado de forma independente das áreas geradoras da exposição ao risco. Sua avaliação e medição são realizadas diariamente, baseando-se nas métricas do Delta EVE (*Economic Value Equity*) e do Delta NII (*Net Interest Income*). Adicionalmente, são realizadas análises de sensibilidade e testes de estresse para os instrumentos derivativos.

O valor justo dos instrumentos financeiros derivativos e dos respectivos objetos de *hedge* são apurados através da estimativa do fluxo de caixa de cada uma das partes descontado a valor presente, de acordo com as taxas divulgadas pela B3, ajustadas pelo *spread* de risco, apurado no fechamento da operação.

As operações com instrumentos financeiros derivativos são custodiadas na B3 S.A. (bolsa) ou no Balcão Organizado de Ativos e Derivativos (B3 S.A. - balcão). Os valores nominais dessas operações são registrados em contas de compensação.

Os Instrumentos financeiros derivativos do Banco e Consolidado são como segue:

a) Instrumentos financeiros derivativos

Por indexador	Set / 2025	
	Valor de Referência	Valor Justo
Contrato de Futuro – DI ⁽ⁱ⁾ Posição passiva Taxa de Juros	8.003.407	8.001.485
Contrato de Futuro – Mini-Índice ⁽ⁱⁱ⁾ Posição ativa – Ibovespa	177	177
Contrato de Futuro – Dólar ⁽ⁱⁱⁱ⁾ Posição passiva - Moeda estrangeira	107	107
Total	8.003.691	8.001.769

⁽ⁱ⁾ A operação com Contrato Futuro de DI tem a finalidade de proteger exposições prefixadas indexadas ao DI.

⁽ⁱⁱ⁾ A operação com Contrato Futuro de Mini-Índice refere-se a minicontrato futuro derivado do Índice Bovespa, negociado na bolsa de valores.

⁽ⁱⁱⁱ⁾ A operação com Contrato Futuro de Dólar tem a finalidade de proteger, complementarmente, as exposições cambiais do Banco, apuradas diariamente a valor de mercado, e ajustadas na B3.

Por Vencimento	De 01 a 90 dias	Acima de 360 dias	Valor Referencial
Contrato de Futuro – DI	-	8.003.407	8.003.407
Contrato de Futuro – Mini-Índice	177	-	177
Contrato de Futuro – Dólar	107	-	107
Total em 30/09/2025	284	8.003.407	8.003.691

b) Contabilização de *Hedge* (*Hedge Accounting*)

O Mercantil dispõe de operação de *Hedge*, classificadas na categoria de *hedge* de valor justo

<i>Hedge</i> de valor justo	Set / 2025	
	Valor Contábil	Ajuste a Valor Justo
Objeto de <i>Hedge</i> – Carteira de Ativos ⁽ⁱ⁾	7.988.851	8.003.412
Instrumento de <i>Hedge</i> – Taxa de Juros	8.003.407	8.003.407

⁽ⁱ⁾ A operação de *Hedge Accounting* com Contrato Futuro de DI tem a finalidade de proteger, parcialmente, as operações de crédito prefixadas do Banco (vide nota nº 7.4.).

A efetividade das operações de *Hedge Accounting* é verificada através do índice de *hedge*, que é medido pela relação entre a quantidade do instrumento de *hedge* e do item protegido (objeto de *hedge*), em termos de sua ponderação relativa, além da avaliação qualitativa da relação de proteção, alinhado com a estratégia de gerenciamento de riscos da Instituição.

c) Resultado com Instrumentos Financeiros Derivativos

Os ganhos e perdas dos instrumentos financeiros derivativos, no Banco e Consolidado, são registrados diretamente no resultado na rubrica de "Resultado com Instrumentos Financeiros Derivativos" conforme segue:

Descrição	Set / 2025		
	Ganho	Perda	Resultado Líquido
Contrato de Futuro –DI	316.104	(337.888)	(21.784)
Contrato de Futuro – DAP	382	(432)	(50)
Contrato de Futuro – Dólar	1.132	(743)	389
Contrato de Futuro – Mini-Índice	871	(733)	138
Total	318.489	(339.796)	(21.307)

7. Instrumentos Financeiros ao custo amortizado

7.1. Depósitos no Banco Central do Brasil

Os Depósitos no Banco Central do Brasil, no Banco e Consolidado, são como segue:

Descrição	Set / 2025	
	Banco	Consolidado
Conta de Pagamento Instantâneo	115.862	
Depósito a Prazo	453.487	
Depósito de Poupança	21.991	
Direcionamento Microcrédito	9.545	
Reservas Compulsórias em espécie no Banco Central	5.000	
Total - Circulante	605.885	

7.2. Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

a) Composição de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

Descrição	Set / 2025	
	Banco	Consolidado
Aplicações no mercado aberto	4.439.997	4.523.467
Posição bancada	4.328.418	4.463.467
Letras do Tesouro Nacional - LTN	3.828.420	3.879.999
Letras Financeiras do Tesouro – LFT	499.998	499.998
Títulos Privados	-	83.470
Posição financiada	111.579	60.000
Letras do Tesouro Nacional - LTN	111.579	60.000
Aplicações em depósitos interfinanceiros	423.565	36.342
Total	4.863.562	4.559.809
Circulante	4.860.911	4.557.158
Não circulante	2.651	2.651

A posição financiada tem como contrapartida a conta do passivo “Captação no Mercado Aberto – Carteira de Terceiros” (vide nota nº 14.2.), que se refere, basicamente, a recompras a liquidar de terceiros.

b) Resultado com Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

Descrição	Set / 2025	
	Banco	Consolidado
Aplicações no mercado aberto	430.227	430.227
Posição bancada	422.978	422.978
Posição financiada	7.249	7.249
Aplicações em depósitos interfinanceiros	84.773	47.284
Resultado com aplicações interfinanceiras de liquidez	515.000	477.511

7.3. Títulos e Valores Mobiliários ao custo amortizado

a) Composição dos Títulos e Valores Mobiliários ao custo amortizado:

Composição	Set / 2025	
	Banco	Consolidado
Títulos Externos Soberanos	615.613	615.613
Debêntures	307.564	-
Total Contábil	923.177	615.613

b) Títulos e Valores Mobiliários ao custo amortizado por vencimento:

Prazo	Set / 2025	
	Banco	Consolidado
Até 1 ano	615.613	615.613
Acima de 5 anos	307.564	-
Total	923.177	615.613

Os Títulos e Valores Mobiliários, de acordo com suas especificidades, encontram-se registrados na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (B3) e no Sistema Especial de Liquidação e Custódia (SELIC). O valor de custo dos títulos ao custo amortizado é apurado com base no valor de aquisição atualizado pelos rendimentos intrínsecos de cada operação em função da fluência do prazo.

Os títulos e valores mobiliários têm seu valor justo calculado utilizando metodologia específica de apuração da perda esperada, conforme definido na política institucional.

c) Resultado com Títulos e Valores Mobiliários ao custo amortizado

Descrição	Set / 2025	
	Banco	Consolidado
Ao custo amortizado	126.230	42.051
Total	126.230	42.051

7.4. Operações de Crédito e Outros Créditos

a) Composição da carteira por produtos

Composição	Set / 2025	
	Banco	Consolidado
Empréstimos e Financiamentos	20.564.829	21.039.021
Empréstimo Consignado	14.616.797	14.693.143
Empréstimo Saque FGTS	2.364.721	2.753.923
Crédito Pessoal	2.885.291	2.885.291
Capital de Giro	378.205	384.931
Cheque Especial	105.460	105.460
Cartão de Crédito	29.978	29.978
Conta Garantida	22.439	22.439
Outros Empréstimos e Financiamentos	161.938	163.856
Outros Créditos	209.966	498.790
Valores a receber rel. transações de pagamentos	140.462	139.980
Devedores por compra de valores e bens	46.721	46.721
Títulos e créditos a receber	22.783	312.089
Subtotal	20.774.795	21.537.811
Ajuste a valor de mercado em Operações de crédito objeto de <i>Hedge</i>	14.561	14.561
Total	20.789.356	21.552.372

b) Composição da Carteira por prazo de vencimento

Vencimento	Set / 2025	
	Banco	Consolidado
Curso Normal	19.862.107	20.614.761
Até 1 ano	7.728.384	8.125.813
De 1 ano até 5 anos	9.698.583	10.029.299
Acima de 5 anos	2.435.140	2.459.649
Curso Anormal	912.688	923.050
Parcelas vincendas	535.182	543.697
Até 1 ano	322.328	325.277
De 1 ano até 5 anos	194.804	200.305
Acima de 5 anos	18.050	18.115
Parcelas vencidas	377.506	379.353
Até 1 ano	364.212	365.956
De 1 ano até 5 anos	13.294	13.397
Total	20.774.795	21.537.811

c) Movimentação da carteira por estágio

Banco	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total
Saldo em 01/01/2025	15.489.668	339.215	874.994	16.703.877
Constituição / Reversão	4.372.833	(78.378)	121.044	4.415.499
Transferência para Estágio 1	141.047	(14.668)	(126.379)	-
Transferência para Estágio 2	(64.538)	64.583	(45)	-
Transferência para Estágio 3	(247.579)	(101.853)	349.432	-
Baixa para prejuízo	-	-	(344.581)	(344.581)
Saldo em 30/09/2025	19.691.431	208.899	874.465	20.774.795

Consolidado	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total
Saldo em 01/01/2025	16.160.687	341.096	886.812	17.388.595
Constituição / Reversão	4.455.288	(79.002)	120.169	4.496.455
Transferência para Estágio 1	141.057	(14.694)	(126.363)	-
Transferência para Estágio 2	(64.864)	64.909	(45)	-
Transferência para Estágio 3	(248.706)	(102.201)	350.907	-
Baixa para prejuízo	-	-	(347.239)	(347.239)
Saldo em 30/09/2025	20.443.462	210.108	884.241	21.537.811

d) Receitas de Operações de Crédito

Descrição	Set / 2025	
	Banco	Consolidado
Rendas de empréstimos	5.070.459	5.144.678
Rendas de financiamentos	2.614	2.614
Outros Créditos	2.437	35.795
Total	5.075.510	5.183.087

e) Movimentação das perdas esperadas por estágios

Banco	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total
Saldo em 01/01/2025	87.081	154.162	803.141	1.044.384
Constituição / Liquidação	265.817	8.258	19.419	293.494
Transferência para Estágio 1	9.296	(473)	(8.823)	-
Transferência para Estágio 2	(18.971)	18.998	(27)	-
Transferência para Estágio 3	(216.579)	(93.534)	310.113	-
Baixa para prejuízo	-	-	(343.350)	(343.350)
Saldo em 30/09/2025	126.644	87.411	780.473	994.528

Consolidado	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total
Saldo em 01/01/2025	90.283	154.909	811.552	1.056.744
Constituição / Liquidação	266.578	8.101	19.426	294.105
Transferência para Estágio 1	9.296	(474)	(8.822)	-
Transferência para Estágio 2	(19.107)	19.134	(27)	-
Transferência para Estágio 3	(217.439)	(93.779)	311.218	-
Baixa para prejuízo	-	-	(346.056)	(346.056)
Saldo em 30/09/2025	129.611	87.891	787.291	1.004.793

As Perdas esperadas de ativos financeiros está apresentada pelo conceito de perda ampliada que inclui a Recuperação de créditos baixados para prejuízo e Descontos concedidos que somados geraram um efeito no resultado de R\$ 62.002 no Banco e R\$ 60.921 no Consolidado.

O Banco avalia a evidência objetiva de perdas em Empréstimos e Financiamentos de Clientes de forma individual para os Ativos Financeiros que sejam individualmente significativos e coletivamente para Ativos Financeiros que não sejam individualmente significativos (vide nota nº 2.4.d.viii).

7.5. Operações de Venda ou de Transferência de Ativos Financeiros

De acordo com a Resolução CMN nº 4.966/2021 e alterações posteriores, as operações de cessão de crédito com retenção substancial dos riscos e benefícios são registradas na carteira de crédito.

Com Retenção Substancial de Riscos e Benefícios

O Banco dispõe de operações de venda ou de transferência de ativos financeiros com retenção substancial de riscos e benefícios configuradas pela coobrigação nas cessões de crédito, ou pela subscrição de séries subordinadas em estruturas de securitização de recebíveis.

7.6. Outros Ativos Financeiros

Descrição	Set / 2025	
	Banco	Consolidado
Títulos e Créditos a receber ⁽¹⁾	9.129	181.413
Pagamentos e Recebimentos a liquidar	9.483	9.483
Negociação e Intermediação de Valores	9	723
Total	18.621	191.619
Circulante	9.615	36.371
Não circulante	9.006	155.248

⁽¹⁾ Refere-se, basicamente, à Direitos Creditórios e Precatórios a receber e registraram provisão no montante de R\$ 5.894 e no consolidado R\$ 7.200.

8. Ativos Fiscais

8.1. Correntes – Impostos a Compensar

Descrição	Set / 2025	
	Banco	Consolidado
IRPJ/CSLL - repetição indébito ⁽ⁱ⁾	45.834	54.784
IRPJ / CSLL ⁽ⁱⁱ⁾	56.973	62.200
COFINS – Lei nº 9.718/98 ⁽ⁱⁱⁱ⁾	8.538	8.538
Impostos e contribuições retidos na fonte	8.024	15.005
Antecipação IRPJ/CSLL	8.733	8.744
Outros	1.820	1.820
Total	129.922	151.091
Circulante	118.992	133.820
Não circulante	10.930	17.271

⁽ⁱ⁾ O Banco é titular de valores a compensar sob amparo de ação judicial transitado em julgado que foi objeto de Decisão em julgamento de mérito no Tema 962 pelo Supremo Tribunal Federal (STF) em setembro de 2021 e parecer (SEI 11469/2022) da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a exclusão dos juros da base de cálculo do Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas (IRPJ) e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL).

⁽ⁱⁱ⁾ Refere-se, basicamente, aos saldos credores apurados na DIPJ de exercícios anteriores.

⁽ⁱⁱⁱ⁾ O valor da COFINS decorre de ação judicial transitada em julgado em 2010, em que restou reconhecido que sua incidência deveria ocorrer apenas sobre uma base de cálculo reduzida, e não sobre a totalidade das receitas auferidas, além de reaver valores pagos a maior, decorrente dessa diferença. A avaliação de risco por consultores jurídicos externos é remota, sendo que o julgamento do Tema 372 (RE609.096) não altera nosso prognóstico, exceto para o processo de nº 1011346-45.2019.4.01.3800 que passou de remoto para possível. Ressalte-se que o Banco Mercantil possui três decisões judiciais favoráveis em primeira instância que reconhecem a coisa julgada em seu favor. Em 5 de novembro de 2024 foi publicada decisão do Tribunal Regional Federal da 6ª Região (TRF-6) referente ao processo de nº 1011346-45.2019.4.01.3800 que deu provimento à remessa necessária e à apelação da Fazenda Nacional, revertendo uma das sentenças favoráveis. Foram opostos Embargos de Declaração em face da decisão e em 17 de dezembro de 2024 o TRF-6 atribuiu efeito suspensivo para impedir os efeitos do Acórdão (vide nota nº 15.c).

8.2. Diferidos – Créditos Tributários

a) Composição e movimentação dos créditos tributários

Banco	01/01/2025	Constituição	Realização	30/09/2025
Diferenças temporárias	671.045	881.991	(806.340)	746.696
Provisão para perda esperada	489.125	142.516	(144.439)	487.202
Provisão para Contingências	109.981	82.903	(72.297)	120.587
MTM	13.782	154.330	(168.112)	-
Outras diferenças temporárias	58.157	502.242	(421.492)	138.907
Prejuízo Fiscal / Base Negativa	19.465	-	(19.465)	-
Total	690.510	881.991	(825.805)	746.696

Consolidado	01/01/2025	Constituição	Realização	30/09/2025
Diferenças temporárias	705.726	904.369	(843.961)	766.134
Provisão para perda esperada	497.776	142.913	(146.210)	494.479
Provisão para Contingências	116.116	84.956	(74.560)	126.512
MTM	13.914	154.331	(168.245)	-
Outras diferenças temporárias	77.920	522.169	(454.946)	145.143
Prejuízo Fiscal / Base Negativa	26.124	-	(25.185)	939
MP nº 2.158/01 (*)	203	-	(107)	96
Total	732.053	904.369	(869.253)	767.169

(*) A realização da MP nº 2.158-35/01 não sensibiliza o resultado por se tratar de tributos compensáveis conforme dispõe o artigo 8º dessa MP.

Em conformidade com o § 2º, inciso V do artigo nº 20 da Resolução BCB nº 02/2020, os ativos fiscais diferidos são apresentados no ativo não circulante.

b) Realização dos créditos tributários:

Os créditos tributários compensáveis, constituídos e registrados em conformidade com a MP nº 2.158-35/01, decorrem da aplicação da alíquota de 18,00% sobre a base negativa e adições temporárias ao lucro líquido para efeito de apuração da CSL, correspondentes a períodos de apuração encerrados até 31 de dezembro de 1998. Estes créditos não são regulados pela Resolução CMN nº 4.842/20. Os créditos tributários ativos, bem como os valores previstos de realização e seus respectivos valores presentes, calculados com base nas taxas de captação previstas para os exercícios correspondentes, são conforme segue:

Descrição	Banco		Consolidado		Total
	Diferenças Temporárias	Diferenças Temporárias	Prejuízo fiscal e Base negativa	MP 2.158-35/01	
2025	151.048	151.084	549	-	151.633
2026	344.270	347.707	101	-	347.808
2027	60.394	62.883	75	-	62.958
2028	50.086	51.129	75	-	51.204
2029	50.086	59.138	6	96	59.240
2030 a 2032	90.812	94.193	133	-	94.326
Total em 30/09/2025	746.696	766.134	939	96	767.169
Valor Presente	401.567	406.989	663	-	407.652

c) Créditos tributários não ativados

Em 30 de setembro de 2025, no Consolidado, o saldo de adições temporárias, bem como prejuízos fiscais e base negativa, sobre os quais não foram registrados créditos tributários montam em R\$ 2.263 da Controlada Mercantil do Brasil Corretora S.A. e R\$ 183 da controlada Mercantil Admini. Corretagem de Seguros S.A.

8.3. Resultado de Imposto de Renda e Contribuição Social

Descrição	Set / 2025	
	Banco	Consolidado
Resultado antes dos impostos	792.624	939.100
Imposto de Renda e Contribuição Social de acordo com alíquotas vigentes ⁽¹⁾	(356.681)	(367.076)
Ajustes no cálculo dos tributos		
Participação em controladas	182.623	-
Juros sobre o capital próprio	95.906	95.906
Outros valores	23.076	85.103
Resultado de Imposto de Renda e Contribuição Social	(55.076)	(186.067)

⁽¹⁾ Alíquotas vigentes: (i) A Provisão para imposto de renda das empresas do Grupo é constituída à alíquota de 15%, acrescida de adicional de 10% sobre o lucro tributável anual excedente a R\$ 240; e (ii) a contribuição social é constituída com base no lucro tributável à alíquota de 20% para o Banco e BMI; 15% para as demais Instituições Financeiras e 9% para as empresas comerciais que compõem o Consolidado.

9. Ativos não financeiros mantidos para venda

a) Composição dos Ativos não financeiros mantidos para venda, no Banco e Consolidado

Descrição	Custo	Provisão	Set / 2025
Imóveis	64.341	(17.090)	47.251
Total	64.341	(17.090)	47.251

b) Movimentação dos Ativos não financeiros mantidos para venda, no Banco e Consolidado:

Descrição	Imóveis
Saldo em 01/01/2025	51.740
Adições	-
Baixas	(7.435)
(+) Constituição / (-) Reversão de Provisão	2.946
Saldo em 30/09/2025	47.251

Os ativos e passivos mantidos para venda estão apresentados pelo seu valor justo, mensurado utilizando-se informações adotadas pelo mercado, como os preços de vendas recentes em negócios semelhantes.

10. Outros Ativos

Descrição	Set / 2025	
	Banco	Consolidado
Devedores por Depósitos em Garantia (vide nota nº 15.b)	123.800	155.108
Despesas antecipadas (vide nota nº 10.1.)	105.797	113.514
Cartão de Crédito ⁽ⁱ⁾	51.042	51.048
Devedores Diversos - País	35.670	38.818
Outros	40.647	44.806
Total	356.956	403.294
Circulante	148.504	157.397
Não circulante	208.452	245.897

⁽ⁱ⁾ Refere-se, aos valores a receber, referente a compras em Cartão procedidas pelos clientes do Mercantil.

10.1. Despesas antecipadas

Descrição	Set / 2025	
	Banco	Consolidado
Propaganda e publicidade ⁽ⁱ⁾	59.328	59.328
Serviços do Sistema Financeiro	19.993	19.993
Seguros ⁽ⁱⁱ⁾	13.188	14.201
Demais despesas antecipadas ⁽ⁱⁱⁱ⁾	13.288	19.992
Total	105.797	113.514
Circulante	21.688	24.442
Não circulante	84.109	89.072

⁽ⁱ⁾ Refere-se, basicamente, aos recursos aplicados na aceleração de negócios por de meios digitais na originação de operações de crédito. Cabe ressaltar que a partir de 1º de janeiro de 2025 a nova originação através de meios digitais passou a compor a taxa efetiva de juros da carteira de crédito.

⁽ⁱⁱ⁾ Refere-se, basicamente, ao custo de seguro garantia – fianças em processos administrativos e judiciais cujas apropriações das despesas são realizadas mensalmente de acordo com a vigência da apólice.

⁽ⁱⁱⁱ⁾ Refere-se, basicamente, a IPTU, aluguéis, taxa de alvará e licenciamento das agências, cujas apropriações das despesas são realizadas mensalmente de acordo com os prazos contratuais.

11. Investimentos

11.1. Participações em sociedades controladas diretamente:

Empresas ⁽¹⁾	Capital Social	Patrimônio Líquido Ajustado	Total de ações		Participação	Resultado Ajustado	Set / 2025	
			ON	PN	%		Resultado de Participações em Controladas	Valor dos Investimentos
Financeira	307.464	600.831	23.631	15.440	95,31	29.213	27.843	572.652
BMI	82.028	144.393	4.042	423	92,53	6.864	6.351	133.607
MBC	24.939	22.148	141.347	25.561	99,99	230	230	22.146
MBD	19.250	22.086	113	-	100,00	77	77	22.086
Bem Aqui	106.929	294.542	14.648	-	100,00	97.912	97.912	294.542
Marketplace	133.300	536.408	43.000	-	100,00	274.782	272.458	536.408
DOMO	11.500	9.946	9.775	-	85,00	799	679	8.454
SANSA	8.770	4.584	6	-	0,43	(470)	(2)	20
COSEFI	18.408	28.799	11.548	-	20,23	1.384	280	5.827
Total							405.828	1.595.742

⁽¹⁾ Empresas que tiveram as suas demonstrações contábeis intermediárias do período findo em 30/09/2025 revisadas pelos mesmos auditores independentes do Banco Mercantil

11.2. Outros Investimentos

Descrição	Set / 2025	
	Banco	Consolidado
CIP S.A. ⁽¹⁾	16.286	16.286
Precpago – Soluções em Créditos Judiciais Ltda. ⁽¹⁾	-	4.500
Gyramais Tecnologia S.A.	-	1.940
Outros	225	346
Total – Não Circulante	16.511	23.072

⁽¹⁾ Nome fantasia: Nuclea.

⁽¹⁾ Aquisição da participação direta pela Controlada Banco Mercantil de Investimentos S.A. de 10% no capital social da Precpago – Soluções em Créditos Judiciais Ltda, correspondendo a uma participação indireta de 9,25% pelo Banco Mercantil do Brasil S.A, aprovada pelo Bacen em 25/06/2025.

12. Imobilizado

12.1. Imobilizado próprio

a) Composição do Imobilizado próprio

Banco	Taxa	Custo	Depreciação	Set / 2025
Imobilizado de uso				
Equipamentos de processamento de dados	20%	228.102	(165.283)	62.819
Imóveis e benfeitorias em imóveis de terceiros	4%	116.707	(45.242)	71.465
Móveis e equipamentos	10%	96.002	(61.085)	34.917
Material em estoque	-	694	-	694
Total		441.505	(271.610)	169.895

Consolidado	Taxa	Custo	Depreciação	Set / 2025
Imobilizado para Renda				
Terrenos	-	2.984	(29)	2.955
Edificações	4%	37	(29)	8
Imobilizado de uso	-	453.447	(273.110)	180.337
Equipamentos de processamento de dados	20%	228.479	(165.305)	63.174
Imóveis e benfeitorias em imóveis de terceiros	4%	127.159	(46.594)	80.565
Móveis e equipamentos	10%	97.106	(61.211)	35.895
Material em estoque	-	703	-	703
Total		456.431	(273.139)	183.292

b) Movimentação do imobilizado próprio

Banco	Equipamentos de processamento de dados	Imóveis e benfeitorias em imóveis de terceiros	Móveis e equipamentos	Material em estoque	Total
Saldo em 01/01/2025	55.255	58.693	30.109	49	144.106
(+) Adições	24.833	25.459	9.978	1.532	61.802
(+/-) Transferência	-	887	-	(887)	-
(-) Baixas	(5.934)	(7.947)	(3.683)	-	(17.564)
(-) Depreciação no período	(17.209)	(13.530)	(5.156)	-	(35.895)
(-) Baixas de Depreciação	5.874	7.903	3.669	-	17.446
Saldo em 30/09/2025	62.819	71.465	34.917	694	169.895

Consolidado	Equipamentos de processamento de dados	Imóveis e benfeitorias em imóveis de terceiros	Móveis e equipamentos	Imobilizado para renda	Material em estoque	Total
Saldo em 01/01/2025	55.255	63.249	30.708	2.957	507	152.676
(+) Adições	25.194	30.890	10.025	-	1.530	67.639
(+/-) Transferência	-	887	447	-	(1.334)	-
(-) Baixas	(5.934)	(7.969)	(3.727)	-	-	(17.630)
(-) Depreciação no período	(17.215)	(14.398)	(5.231)	(2)	-	(36.846)
(-) Baixas de Depreciação	5.874	7.906	3.673	-	-	17.453
Saldo em 30/09/2025	63.174	80.565	35.895	2.955	703	183.292

12.2. Imobilizado de arrendamento

Os Bens de direito de uso referem-se a contratos de arrendamento de imóveis para utilização operacional, de agências e postos de atendimento. Não há contratos de subarrendamento fora do Grupo Mercantil.

a) Composição do Imobilizado de arrendamento

Bens de direito de uso	Set / 2025	
	Banco	Consolidado
Custo	445.030	485.797
Depreciação ⁽¹⁾	(52.961)	(55.385)
Total	392.069	430.412

⁽¹⁾ A depreciação é calculada com base na vida útil dos ativos que corresponde ao prazo de cada contrato de aluguel pactuado que variam de 60 a 300 meses.

b) Movimentação do imobilizado de arrendamento

Banco	Bens de direito de uso
Saldo em 01/01/2025	-
(+) Adições	582.411
(-) Baixas	(137.380)
(-) Depreciação no período	(73.430)
(-) Baixas de Depreciação	20.468
Saldo em 30/09/2025	392.069

Consolidado	Bens de direito de uso
Saldo em 01/01/2025	-
(+) Adições	629.869
(-) Baixas	(144.072)
(-) Depreciação no período	(76.554)
(-) Baixas de Depreciação	21.169
Saldo em 30/09/2025	430.412

13. Intangível

a) Composição do Intangível

Banco	Taxa	Custo	Amortização	Set / 2025
Sistemas de Processamento de dados	20%	248.724	(109.644)	139.080
Licenças e Direitos de uso ⁽¹⁾	-	84.122	(31.412)	52.710
Sistemas de Segurança	20%	6.719	(5.849)	870
Outros Intangíveis	20%	648	(6)	642
Total		340.213	(146.911)	193.302

⁽¹⁾ Amortização conforme prazo do contrato.

Consolidado	Taxa	Custo	Amortização	Set / 2025
Sistemas de Processamento de dados	20%	250.059	(109.670)	140.389
Licenças e Direitos de uso ⁽¹⁾	-	84.140	(31.413)	52.727
Sistemas de Segurança	20%	6.719	(5.849)	870
Outros Intangíveis	20%	648	(6)	642
Total		341.566	(146.938)	194.628

⁽¹⁾ Amortização conforme prazo do contrato.

b) Movimentação do Intangível:

Banco	Sistemas de Processamento de dados	Licenças e Direitos de uso	Sistemas de Segurança	Outros Intangíveis	Total
Saldo em 01/01/2025	123.890	39.088	1.365	197	164.540
(+) Adições	42.956	39.523	59	445	82.983
(+/-) Transferência	3	-	(3)	-	-
(-) Baixas	(85.186)	(19.356)	(2.871)	-	(107.413)
(-) Amortização no período	(27.746)	(25.901)	(551)	-	(54.198)
(+) Baixas de Amortização	85.163	19.356	2.871	-	107.390
Saldo em 30/09/2025	139.080	52.710	870	642	193.302

Consolidado	Sistemas de Processamento de dados	Licenças e Direitos de uso	Sistemas de Segurança	Outros Intangíveis	Total
Saldo em 01/01/2025	123.989	39.088	1.365	197	164.639
(+) Adições	44.182	39.541	58	446	84.227
(+/-) Transferência	3	-	(3)	-	-
(-) Baixas	(85.186)	(19.356)	(2.871)	-	(107.413)
(-) Amortização no período	(27.762)	(25.902)	(550)	(1)	(54.215)
(+) Baixas de Amortização	85.163	19.356	2.871	-	107.390
Saldo em 30/09/2025	140.389	52.727	870	642	194.628

14. Depósitos e Demais Instrumentos Financeiros – Ao Custo Amortizado

14.1. Depósitos

Banco	Até 90 dias	De 91 a 360 dias	Acima de 360 dias	Set / 2025
À Vista	454.905	-	-	454.905
Poupança	108.959	-	-	108.959
Interfinanceiros	222.227	39.768	107.389	369.384
A Prazo	1.782.399	7.026.205	11.711.833	20.520.437
Outros	3.130	-	-	3.130
Total	2.571.620	7.065.973	11.819.222	21.456.815

Consolidado	Até 90 dias	De 91 a 360 dias	Acima de 360 dias	Set / 2025
À Vista	393.500	-	-	393.500
Poupança	108.959	-	-	108.959
Interfinanceiros	222.227	39.768	107.389	369.384
A Prazo	1.782.286	7.039.494	10.991.400	19.813.180
Outros	5.446	-	-	5.446
Total	2.512.418	7.079.262	11.098.789	20.690.469

14.2. Captação no Mercado Aberto

Descrição	Set / 2025	
	Banco	Consolidado
Carteira Própria	15.952	-
Carteira de Terceiros	111.579	60.000
Total - Circulante	127.531	60.000

14.3. Recursos de Aceites e Emissão de Títulos

Banco	Até 90 dias	De 91 a 360 dias	Acima de 360 dias	Set / 2025
Letras Financeiras	52.795	932.803	3.529.232	4.514.830
Total	52.795	932.803	3.529.232	4.514.830

Consolidado	Até 90 dias	De 91 a 360 dias	Acima de 360 dias	Set / 2025
Letras Financeiras	52.795	932.803	3.529.232	4.514.830
Debêntures	-	-	992.412	992.412
Letras de Crédito do Agronegócio	-	21.581	-	21.581
Total	52.795	954.384	4.521.644	5.528.823

14.4. Instrumentos de dívida elegíveis a capital

O saldo dos Instrumentos de dívida elegíveis a capital no Banco e Consolidado são como segue:

Descrição	Vencimento	Valor da operação	Set / 2025
Letra Financeira Subordinada– Nível II	2025 a 2037	484.122	644.993
Letra Financeira Subordinada – Capital complementar	Perpétua	187.358	205.314
Total			850.307
Circulante			98.594
Não circulante			751.713

Do total das Letras Financeiras Subordinadas - Nível II, o montante de R\$ 393.371 está sendo utilizado na composição do Patrimônio de Referência Nível II de acordo com o prazo de vencimento.

14.5. Despesas com operações de captação no mercado

Descrição	Set / 2025	
	Banco	Consolidado
Despesas com operações de captação no mercado	2.616.260	2.477.236
Depósitos	1.914.251	1.860.329
Despesas de LCA, LCI e LF	469.446	469.617
Despesas de Debêntures	-	119.359
Operações de Venda ou de Transferência de Ativos Financeiros	204.203	4.987
Operações compromissadas	8.060	2.555
Outras	20.300	20.389
Operações de Empréstimos e Repasses	11.516	11.516
Total	2.627.776	2.488.752

15. Provisões e Passivos Contingentes

A Administração acompanha regularmente o andamento das provisões, incluindo os classificados como de risco provável pelos consultores jurídicos externos, em conformidade com o CPC 25. O desfecho dessas ações judiciais poderá resultar em reversão das respectivas provisões para os processos em que o Banco venha obter favorável êxito judicial.

No reconhecimento das provisões são observados os seguintes critérios:

- Trabalhistas: são registradas de acordo com estudos técnicos realizados pelos consultores jurídicos externos. Nas ações trabalhistas com depósitos judiciais ou em fase de execução provisória, com relevância e com cálculos homologados, provisiona-se o montante integral dos respectivos depósitos e dos valores homologados. Cabe destacar que os processos trabalhistas movidos pelo Sindicato dos Bancários são analisados individualmente, não considerando, portanto, o percentual de perda histórica.

NOTAS EXPLICATIVAS

- Cíveis: são registradas com base em estudos internos cuja metodologia aplicada resulta numa melhor avaliação destas contingências. Adicionalmente, as provisões decorrentes de processos trabalhistas e cíveis são consideradas suficientes pela Administração para cobrir perdas prováveis.
- Fiscais: o Banco possui ações judiciais em andamento, nas quais discute a legalidade e constitucionalidade de alguns tributos. Referidos tributos estão provisionados, não obstante chances de êxito, de acordo com a opinião dos consultores jurídicos externos.

Os percentuais de perda são apurados com base nos processos encerrados nos últimos dois anos para as ações cíveis e três anos para as ações trabalhistas.

a) Composição das Provisões

Descrição	Set / 2025	
	Banco	Consolidado
Provisões para processos cíveis	158.442	164.767
Provisões para processos trabalhistas	72.897	73.491
Provisões para riscos fiscais ⁽¹⁾	62.159	87.716
Total – Não circulante	293.498	325.974

⁽¹⁾ Refere-se a questionamentos judiciais decorrentes dos seguintes processos:

- COFINS: majoração da alíquota de 3% para 4% e da majoração da base de cálculo.
- CSLL: majoração da alíquota instituída pelas Leis nº 8.114/90, LC nº 70/91, Emendas Constitucionais nºs 01/94 e 10/96 e Lei nº 9.316/96. Os valores estão depositados judicialmente.
- SAT/RAT majoração da alíquota da contribuição previdenciária de 15% para 20%, relativa a autônomos, diretores e administradores e outros (Lei nº 9.876/99 - índice do FAP).
- PIS: Majoração da base de cálculo, instituída pela Emenda Constitucional nº 10/96, que continuou a exigir a incidência do PIS sobre a receita bruta operacional, retroagindo sua cobrança desde janeiro de 1996. Os valores estão depositados judicialmente.
- ISS: A matéria discutida, na sua maioria, está relacionada às exigências fiscais municipais que extrapolam os ditames da Lei Complementar nº 116/03, no que tange a tributação de receitas que não estão relacionadas a prestação de serviços, e o provisionamento é baseado na apuração do percentual de perda histórica em processos similares, encerrados nos últimos três anos.

b) Movimentação das Provisões

Banco	Cíveis	Trabalhistas	Riscos Fiscais	Total
Saldos em 01/01/2025	116.561	90.596	59.685	266.842
Constituição / (Reversão)	150.396	23.422	(35)	173.783
Atualização Monetária	4.933	6.091	2.203	13.227
Liquidações / Atualização de depósitos	(113.448)	(47.212)	306	(160.354)
Saldos em 30/09/2025	158.442	72.897	62.159	293.498
Depósitos judiciais - vide nota nº 10.	22.030	29.253	72.517	123.800

Consolidado	Cíveis	Trabalhistas	Riscos Fiscais	Total
Saldos em 01/01/2025	123.322	91.398	84.583	299.303
Constituição / (Reversão)	154.759	23.553	(227)	178.085
Atualização Monetária	5.034	6.114	2.934	14.082
Liquidações / Atualização de depósitos	(118.348)	(47.574)	426	(165.496)
Saldos em 30/09/2025	164.767	73.491	87.716	325.974
Depósitos judiciais - vide nota nº 10.	25.103	30.476	99.529	155.108

c) Passivos Contingentes

O Banco possui ações de naturezas cíveis e tributárias envolvendo riscos de perda classificados pela Administração como possíveis, com base na avaliação de seus consultores jurídicos externos, para as quais não há provisões constituídas, de conformidade com a Resolução CMN nº 3.823/09 e Resolução CVM nº 72/22. O saldo das ações cíveis, no Banco e Consolidado, posicionou-se em R\$ 11.158. As ações tributárias, no Banco, totalizaram R\$ 4.752, Consolidado R\$ 7.454.

Adicionalmente, em 5 de novembro de 2024 foi publicada decisão do Tribunal Regional Federal da 6ª Região (TRF - 06) que deu provimento à remessa necessária à apelação da Fazenda Nacional no julgamento do processo de nº 1011346-45.2019.4.01.3800. Tal julgamento reverteu uma das sentenças favoráveis que havia reconhecido a coisa julgada do Banco e lhe garantia a não incidência de COFINS nos moldes da Lei nº 9.718/98. Contra tal decisão, foram opostos Embargos de Declaração, os quais foram admitidos pelo TRF - 06 em 17 de dezembro de 2024, atribuindo efeito suspensivo para impedir os efeitos do Acórdão. O valor de desembolso estimado pela administração seria de R\$ 402.483.

16. Outros Passivos

Descrição	Set / 2025	
	Banco	Consolidado
Obrigações por Aquisição de Bens e Direitos ⁽¹⁾	419.218	457.802
Obrigações por Convênios Oficiais	188.560	188.560
Sociais e Estatutárias	240.189	249.689
Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados	39.012	39.199
Provisão para Pagamentos a Efetuar	128.850	132.921
Credores Diversos	145.691	151.312
Cartão de Crédito ^(II)	73.557	73.557
Provisão para despesas administrativas	66.950	67.892
Outros	10.904	12.040
Total	1.312.931	1.372.972
Circulante	1.035.998	1.096.437
Não circulante	276.933	276.535

⁽¹⁾ Refere-se, basicamente, aos Passivos de Arrendamento relativamente aos Bens de Direito de Uso (vide nota nº 12.2.)

^(II) Refere-se, basicamente, a repasses às operadoras de cartão, que são as responsáveis pelo pagamento aos estabelecimentos comerciais das compras procedidas pelos clientes do Mercantil.

17. Patrimônio Líquido

17.1. Capital Social

O Capital social – de domiciliados no país é dividido em ações nominativas escriturais, totalmente subscritas e integralizadas, da seguinte forma:

Banco	Set / 2025	
	Quantidade	R\$ mil
Ações Ordinárias	65.155.744	501.699
Ações Preferenciais	39.675.836	305.504
Total do capital subscrito e integralizado	104.831.580	807.203
(-) Ações preferenciais em tesouraria	(348.500)	(3.830)
Total do capital em circulação	104.483.080	803.373

Conforme disposições estatutárias, o Capital social do Banco poderá ser aumentado até o limite de R\$ 3.000.000.000,00 (três bilhões de reais), independentemente de alteração do Estatuto Social, nos termos do artigo 168 da Lei das Sociedades por Ações, mediante deliberação do Conselho de Administração.

17.2. Reservas de capital e de lucros

a) Reserva de capital: São representadas por reserva de ágio na subscrição de ações, na forma do artigo 13, §2º, da Lei nº 6.404/76.

b) Reserva legal: Constituídas à base de 5% sobre o lucro líquido do período, limitada a 20% do capital social. Tem por finalidade assegurar a integridade do capital social e destina-se a compensar prejuízos ou aumentar o capital.

c) Reservas estatutárias: Constituídas com base no lucro líquido remanescente após todas as destinações estabelecidas pelo estatuto, permanecendo o seu saldo acumulado à disposição dos acionistas para deliberação futura em Assembleia Geral, em conformidade com as normas em vigor e Estatuto Social da Instituição.

Conforme disposição estatutária não houve destinação dos resultados no período.

17.3. Juros sobre Capital Próprio

Conforme disposição estatutária, está assegurado aos acionistas o pagamento de dividendo obrigatório, em percentual que poderá ser uniforme ou variável em cada semestre, mas que deverá perfazer, no mínimo, 25% do lucro líquido de cada exercício social, nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

Banco	Set / 2025	%
Lucro líquido do período	737.548	
(-) Reserva Legal	(36.877)	
Base de Cálculo	700.671	
Juros s/ capital próprio (bruto) provisionados	213.126	30,4
(-) IRRF relativo aos juros sobre o capital próprio	(31.969)	
Juros s/ capital próprio (líquido) provisionados	181.157	25,9

17.4. Lucro por ação

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível à Controladora pela média ponderada das ações em circulação durante o período, excluindo as ações adquiridas pelo Banco e mantidas em tesouraria.

Descrição	Ordinárias	Preferenciais	Set / 2025
Número médio e final de ações	65.155.744	39.327.336	104.483.080
Número de ações, incluindo ações equivalentes de ação ordinária	65.155.744	39.327.336	104.483.080
Lucro básico atribuível (em R\$ mil)	459.936	277.612	737.548
Lucro básico por ação	7,0590	7,0590	7,0590

O lucro diluído por ação é igual ao lucro básico.

18. Outras Receitas / (Despesas) Operacionais

18.1. Receitas de prestação de serviços

Descrição	Set / 2025	
	Banco	Consolidado
Renda de Intermediação de negócios ⁽¹⁾	-	489.414
Tarifas bancárias	125.627	125.816
Cartão de crédito – Intercâmbio	19.992	19.992
Rendas de serviços prestados a ligadas	7.751	-
Serviços de arrecadação	3.519	3.519
Administração de fundos de investimentos	-	1.971
Cobrança	1.912	1.912
Outros	572	2.208
Total	159.373	644.832

⁽¹⁾ Refere-se, basicamente, a receitas de serviços de intermediações de seguros e assistências gerados através de Empresas Controladas.

18.2. Despesas de pessoal

Descrição	Set / 2025	
	Banco	Consolidado
Proventos	245.170	262.433
Encargos sociais	90.053	101.385
Benefícios	79.820	83.958
Honorários	57.006	84.149
Participações no lucro	39.231	40.753
Total	511.280	572.678

18.3. Despesas administrativas

Descrição	Set / 2025	
	Banco	Consolidado
Serviços de terceiros	333.274	321.684
Processamento de dados	206.303	194.457
Amortização e depreciação	163.523	167.615
Comissão de originação	49.647	58.122
Propaganda, publicidade e publicações	66.079	66.560
Transportes	38.205	38.278
Materiais, manutenção e conservação de bens	25.424	26.810
Seguros	22.194	22.799
Serviços do sistema financeiro	20.586	21.047
Água, energia e gás	11.147	11.460
Comunicações	9.465	9.563
Outras	36.570	38.211
Total	982.417	976.606

18.4. Despesas tributárias

Descrição	Set / 2025	
	Banco	Consolidado
COFINS	132.906	166.031
PIS	21.597	28.458
ISSQN	8.312	21.505
Outros tributos	12.085	14.785
Total	174.900	230.779

18.5. Outras receitas operacionais

Descrição	Set / 2025	
	Banco	Consolidado
Variações monetárias ativas	18.608	35.209
Recuperação de encargos e despesas	27.066	28.004
Reversão de provisões	2.503	2.511
Outras receitas operacionais	13.752	14.342
Total	61.929	80.066

18.6. Outras despesas operacionais

Descrição	Set / 2025	
	Banco	Consolidado
Direito de pagamento de benefícios previdenciários ⁽ⁱ⁾	591.559	591.559
Despesas de caráter eventual ⁽ⁱⁱ⁾	44.035	45.935
Variações monetárias passivas	13.227	14.082
Outras despesas ⁽ⁱⁱⁱ⁾	216.217	211.308
Total	865.038	862.884

⁽ⁱ⁾ Refere-se ao custo do Leilão do INSS relativamente ao direito de pagamento de benefícios previdenciários.

⁽ⁱⁱ⁾ Refere-se, basicamente, a cancelamento de operações de créditos e baixas judiciais.

⁽ⁱⁱⁱ⁾ Refere-se, basicamente, a despesas de cashback.

18.7. Reversões / (Despesas) de provisões

Descrição	Set / 2025	
	Banco	Consolidado
Provisões cíveis	(150.396)	(154.759)
Provisões trabalhistas	(23.422)	(23.553)
Provisões fiscais	35	227
Total	(173.783)	(178.085)

18.8. Resultados não recorrentes

Em 30 de setembro de 2025, não houveram resultados não recorrentes relevantes de que trata a Resolução BCB nº 2/20.

19. Transações entre Partes Relacionadas

19.1. Transações entre partes relacionadas

São realizadas com os prazos, taxas e condições compatíveis às praticadas no mercado vigente, considerando ausência de risco, conforme segue:

Ativo	Prazo máximo	Set / 2025
Aplicações em DI ⁽ⁱ⁾		387.223
Banco Mercantil de Investimentos S.A.	-	387.223
Títulos e Valores Mobiliários ⁽ⁱⁱ⁾		307.564
OPEA	20/03/2029	307.564
Valores a Receber de Sociedades Ligadas ⁽ⁱⁱⁱ⁾		897
Banco Mercantil de Investimentos S.A.	31/10/2025	104
Bem Aqui Adm. e Corretora de Seguros, Prev. Privada e Correspondente Bancário S.A.	31/10/2025	131
COSEFI	31/10/2025	26
Domo Digital Tecnologia S.A.	31/10/2025	11

Ativo	Prazo máximo	Set / 2025
Mercantil Adm. Corretagem de Seguros S.A.	31/10/2025	8
Mercantil do Brasil Corretora S.A.	31/10/2025	28
Mercantil do Brasil Distribuidora S.A.	31/10/2025	31
Mercantil do Brasil Marketplace e Empreendimentos Imobiliários S.A.	31/10/2025	77
Mercantil Financeira S.A.	31/10/2025	418
SANSA	31/10/2025	3
Altivis Plataforma de Bem Estar Ltda.	31/10/2025	10
Dente Vitta Assistência Odonto Ltda.	31/10/2025	10
Geração Saber Cursos Livres Ltda.	31/10/2025	10
Maturitec Solução em Tecnologia Ltda.	31/10/2025	10
Viva Notícias Ltda.	31/10/2025	10
Assistência Pet Nacional Ltda.	31/10/2025	10

⁽ⁱ⁾ Refere-se as aplicações do Banco por meio de depósitos interfinanceiros com taxas equivalentes às do CDI.

⁽ⁱⁱ⁾ Refere-se às Cotas subordinadas das Debêntures retidas pelo banco emitidas pela OPEA que tem como lastro direitos creditórios de crédito consignado cedidos pelo Banco Mercantil.

⁽ⁱⁱⁱ⁾ Refere-se, basicamente, aos valores a receber de sociedades ligadas, decorrente do Contrato de Compartilhamento de Despesas, que compreende o reembolso de custos de gestão e administração devidos pela prestação de serviços relativos à gestão de tesouraria e captação de recursos, encaminhamento de negócios e outros.

Passivo	Prazo máximo	Set / 2025
Depósitos ⁽ⁱ⁾		(1.212.058)
Banco Mercantil de Investimentos S.A.	-	(880)
Bem Aqui Adm. e Corretora de Seguros, Prev. Privada e Correspondente Bancário S.A.	-	(279.355)
COSEFI	-	(27.840)
Domo Digital Tecnologia S.A.	-	(7.376)
Mercantil Adm. Corretagem de Seguros S.A.	-	(5.260)
Mercantil do Brasil Corretora S.A.	-	(94)
Mercantil do Brasil Distribuidora S.A.	-	(31)
Mercantil do Brasil Marketplace e Empreendimentos Imobiliários S.A.	-	(465.623)
Mercantil Financeira S.A.	-	(1.535)
SANSA	-	(2.484)
Altivis Plataforma de Bem Estar Ltda.	-	(5.834)
Dente Vitta Assistência Odonto Ltda.	-	(5.842)
Geração Saber Cursos Livres Ltda.	-	(13.230)
Maturitec Solução em Tecnologia Ltda.	-	(13.413)
Viva Notícias Ltda.	-	(6.678)
Assistência Pet Nacional Ltda.	-	(5.699)
Assistência Conecta Saúde Ltda.	-	(3.316)
Total Assistência Previdenciária Ltda.	-	(5.232)
Pessoal Chave da Administração	-	(362.336)
Captações no Mercado Aberto		(67.532)
Banco Mercantil de Investimentos S.A.	-	(2.204)
Mercantil do Brasil Corretora S.A.	-	(15.952)
Mercantil do Brasil Distribuidora S.A.	-	(21.184)
Mercantil Financeira S.A.	-	(28.192)
Obrigações por Operações Vinculadas a Cessão ⁽ⁱⁱ⁾		(1.230.199)
OPEA	20/03/2029	(1.230.199)
Valores a Pagar a Sociedades Ligadas		(2.063)
Bem Aqui Adm. e Corretora de Seguros, Prev. Privada e Correspondente Bancário S.A.	31/10/2025	(306)
Mercantil do Brasil Corretora S.A.	31/10/2025	(18)
Mercantil do Brasil Marketplace e Empreendimentos Imobiliários S.A.	31/10/2025	(198)
Mercantil Financeira S.A.	31/10/2025	(419)
Altivis Plataforma de Bem Estar Ltda.	31/10/2025	(83)
Dente Vitta Assistência Odonto Ltda.	31/10/2025	(83)
Geração Saber Cursos Livres Ltda.	31/10/2025	(331)
Maturitec Solução em Tecnologia Ltda.	31/10/2025	(337)

NOTAS EXPLICATIVAS

Viva Notícias Ltda.	31/10/2025	(41)
Assistência Pet Nacional Ltda.	31/10/2025	(99)
Assistência Conecta Saúde Ltda.	31/10/2025	(41)
Total Assistência Previdenciária Ltda.	31/10/2025	(107)
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos ^(III)		(2.600)
Pessoal Chave da Administração	-	(2.600)
Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital ^(IV)		(3.929)
Pessoal Chave da Administração	-	(3.929)
Dividendos / JCP a Pagar		(47.441)
Pessoal Chave da Administração	-	(47.441)

^(I) Refere-se aos saldos de contas correntes e aplicações em depósitos a prazo, à vista e poupança de ligadas e controladores mantidas no Banco;

^(II) Refere-se à obrigação decorrente da operação de cessão de direitos creditórios sem coobrigação e com retenção de riscos realizados com a OPEA.

^(III) Refere-se às aplicações de Controladores em Letras Financeiras e LCA mantidas no Banco;

^(IV) Refere-se às aplicações de Controladores em Letras Financeiras Subordinadas mantidas no Banco;

	Receitas / (Despesas)	Set / 2025
Resultado da Intermediação Financeira ^(I)		(266.494)
Banco Mercantil de Investimentos S.A.		33.953
Bem Aqui Administradora e Corretora de Seguros, Previdência Privada e Correspondente Bancário S.A.		(22.706)
COSEFI		(2.766)
Domo Digital Tecnologia S.A.		(542)
MB FII		(30)
Mercantil Adm. Corretagem de Seguros S.A.		(515)
Mercantil do Brasil Corretora S.A.		(811)
Mercantil do Brasil Distribuidora S.A.		(2.078)
Mercantil do Brasil Marketplace e Empreendimentos Imobiliários S.A.		(31.919)
Mercantil Financeira S.A.		921
OPEA		(199.347)
SANSA		(239)
Altavis Plataforma de Bem Estar Ltda.		(1.112)
Dente Vitta Assistência Odonto Ltda.		(1.125)
Geração Saber Cursos Livres Ltda.		(1.126)
Maturitec Solução em Tecnologia Ltda.		(1.181)
Viva Notícias Ltda.		(858)
Assistência Pet Nacional Ltda.		(126)
Total Assistência Previdenciária Ltda.		(87)
Pessoal Chave da Administração		(34.800)
Receitas de Prestação de Serviços ^(II)		7.779
Banco Mercantil de Investimentos S.A.		686
Bem Aqui Administradora e Corretora de Seguros, Previdência Privada e Correspondente Bancário S.A.		1.197
COSEFI		240
Domo Digital Tecnologia S.A.		96
Mercantil Adm. Corretagem de Seguros S.A.		61
Mercantil do Brasil Corretora S.A.		227
Mercantil do Brasil Distribuidora S.A.		252
Mercantil do Brasil Marketplace e Empreendimentos Imobiliários S.A.		708
Mercantil Financeira S.A.		3.875
SANSA		27
Altavis Plataforma de Bem Estar Ltda.		90
Dente Vitta Assistência Odonto Ltda.		90
Geração Saber Cursos Livres Ltda.		90
Maturitec Solução em Tecnologia Ltda.		90
Viva Notícias Ltda.		20
Assistência Pet Nacional Ltda.		30
Outras Despesas Administrativas		(46.094)
Bem Aqui Adm. e Corretora de Seguros, Prev. Privada e Correspondente Bancário S.A. ^(III)		(19.923)
Domo Digital Tecnologia S.A. ^(IV)		(25.850)

Mercantil do Brasil Corretora S.A.	(245)
Mercantil do Brasil Marketplace e Empreendimentos Imobiliários S.A.	(76)
Outras Despesas Operacionais	(11.841)
Mercantil do Brasil Marketplace e Empreendimentos Imobiliários S.A.	(141)
Altavis Plataforma de Bem Estar Ltda.	(2.446)
Dente Vitta Assistência Odonto Ltda.	(2.478)
Geração Saber Cursos Livres Ltda.	(2.474)
Maturitec Solução em Tecnologia Ltda.	(2.756)
Viva Notícias Ltda.	(1.546)

⁽ⁱ⁾ Refere-se à remuneração das aplicações financeiras (Poupança, Depósito a Prazo, LCA e Letras Financeiras mantidas no Banco pelas empresas Ligadas e Controladores.

⁽ⁱⁱ⁾ Refere-se ao somatório dos valores mensais recebidos ou a receber de ligadas referente ao Contrato de Compartilhamento de Despesas que compreende o reembolso de custos de gestão e administração devidos pela prestação de serviços relativos à gestão de tesouraria e captação de recursos, encaminhamento de negócios e outros.

⁽ⁱⁱⁱ⁾ Refere-se, basicamente, aos valores pagos à Bem Aqui Adm. e Corretora de Seguros, Prev. Privada e Correspondente Bancário S.A. referente a prestação de serviços de correspondente bancário.

^(iv) Refere-se aos valores pagos à Domo Digital Tecnologia S.A. referente ao pagamento de custos de Processamento de Dados.

19.2. Outras informações

Os empréstimos ou adiantamentos a quaisquer subsidiárias, membros do Conselho de Administração, da Diretoria, bem como a seus respectivos cônjuges, companheiros, parentes até 2º grau e demais pessoas, se houver, serão realizados em conformidade com a Resolução CMN nº 4.693/18.

20. Planos de Benefícios

O Banco dispõe de um Plano de Remuneração específico para os administradores que contempla diretrizes para o pagamento da remuneração fixa e variável alinhadas à política de gestão de riscos da Instituição e às melhores práticas de mercado, em conformidade com a Resolução CMN nº 5.177/24.

Anualmente, na Assembleia Geral Ordinária é fixado o montante global da remuneração fixa dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria do Banco, conforme previsto no Estatuto Social. O direito à Remuneração Variável está condicionado ao atingimento dos objetivos estratégicos da Instituição, às metas individuais e de áreas de atuação dos administradores.

A remuneração dos administradores do Banco foi aprovada em Assembleia Geral Ordinária datada de 30/04/2025, que estabeleceu o limite para o exercício social em R\$ 145.000.

A remuneração dos administradores é composta, basicamente, de honorários do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal e da Diretoria e participações nos lucros (vide nota nº 18.2.).

Até 30 de setembro de 2025, não ocorreu qualquer deliberação quanto a benefícios pós-emprego.

- **Benefícios de curto e longo prazo a administradores e remuneração baseada em ações**

Até 30 de setembro de 2025, não ocorreu qualquer deliberação quanto a benefícios de longo prazo e remuneração baseada em ações, nos termos da Resolução CMN nº 3.989/11, para os administradores.

- **Benefícios de rescisão do contrato de trabalho**

A extinção da relação de trabalho não dá direito a qualquer compensação financeira.

21. Gerenciamento dos Riscos e Gestão do Capital

A atividade de gerenciamento dos riscos e gestão do capital é parte integrante e fundamental nas atividades do Mercantil, visando obter a melhor relação risco/retorno compatível com o apetite ao risco do conglomerado prudencial. O gerenciamento de riscos é realizado de forma integrada, possibilitando a identificação, a mensuração, a avaliação, o monitoramento, o reporte, o controle e a mitigação dos efeitos adversos resultantes das interações entre os riscos, objetivando tomadas de decisões mais assertivas e a otimização do uso do capital.

Em conformidade com a Resolução CMN nº 4.557/17, a Instituição gerencia seus riscos de forma contínua, norteado pelas diretrizes do Conselho de Administração e do Corpo Diretivo expressas nas políticas e estratégias institucionais e contando com o apoio de diferentes níveis hierárquicos, dentre eles, o Comitê de Riscos. A gestão dos riscos financeiros e de capital é centralizada na Diretoria de Riscos e *Compliance*, englobando não apenas os dados do banco, mas também das demais empresas que compõem o conglomerado prudencial, resultando em maior agilidade e assertividade na tomada de decisões.

Com base nas boas práticas de Governança Corporativa e de Mercado, o Mercantil busca estabelecer um padrão de divulgação de informações que permita ao mercado avaliar as informações essenciais, referentes às exposições a riscos, adequação de capital e atuação socioambiental responsável. Essas informações, tanto sob o aspecto quantitativo quanto qualitativo, estão disponíveis no site: www.bancomercantil.com.br.

A seguir, será apresentada, de forma sucinta, a descrição das atividades relacionadas à avaliação e ao gerenciamento dos principais riscos na Instituição:

a) Gerenciamento de Capital

O Gerenciamento de Capital do Mercantil compreende o processo contínuo de monitoramento e controle do capital mantido pela instituição, a avaliação da necessidade de capital para fazer face aos riscos a que está sujeita e o planejamento de metas e de necessidade de Capital, em conformidade com os objetivos estratégicos e mercadológicos da Instituição.

A Estrutura de Gerenciamento de Capital do Banco é compatível com o modelo de negócio e ao perfil de riscos da Instituição, o que possibilita uma avaliação consistente das necessidades de Capital para suportar o crescimento projetado, além da adoção de uma postura prospectiva, antecipando a necessidade de Capital decorrente de possíveis mudanças nas condições de mercado.

A Instituição faz o gerenciamento da sua estrutura de capital por meio dos mecanismos e procedimentos formalizados em sua Política Institucional de Gerenciamento de Capital.

Dentre as atividades de gerenciamento contínuo do capital, tem-se o acompanhamento dos indicadores de Capital conhecido como Basileia III, adotado pelo Bacen por intermédio da Resolução CMN nº 4.958/21, que dispõe sobre os requerimentos mínimos de Patrimônio de Referência (PR), de Capital Nível I e de Capital Principal e sobre o Adicional de Capital Principal (ACP).

O quadro abaixo demonstra a apuração dos Indicadores de Capital:

Limites Operacionais e Índice de Basileia	Set / 2025
Patrimônio de Referência - PR	2.889.944
Patrimônio de Referência Nível I	2.496.574
Capital Principal – CP	2.291.259
Capital Complementar - CC	205.315
Patrimônio de Referência Nível II	393.370
Ativos Ponderados por Risco (RWA)	17.958.994
Risco de Crédito por Abordagem Padronizada - RWA_{cpad}	15.932.551
Risco de Mercado - RWA_{mpad}	24.985
Risco Operacional por Abordagem Padronizada - RWA_{opad}	2.001.458
Índice de Basileia	16,1%
Capital de Nível I	13,9%
Capital Principal	12,8%

Os recursos aplicados no ativo permanente, apurados de forma consolidada, estão limitados a 50,00% do valor do patrimônio líquido ajustado na forma da regulamentação em vigor. O Banco optou pela apuração dos índices de imobilização e de risco consolidados, abrangendo todas as instituições financeiras do conglomerado, posicionando o índice de imobilização em 35,19%.

- Razão de Alavancagem

Em atendimento à Resolução BCB nº 478/25, o Banco apura a Razão de Alavancagem (RA) da estrutura patrimonial. Trata-se da relação entre o Nível I de Patrimônio de Referência, de que trata a Resolução CMN nº 4.955/21 e normas complementares.

Maiores detalhes sobre a Política de Gerenciamento de Capital e razão de alavancagem (RA) de sua estrutura patrimonial, tanto sob o aspecto quantitativo quanto qualitativo, estão disponíveis no *site* do Banco (www.bancomercantil.com.br), na área de Relações com Investidores (RI).

b) Gerenciamento do risco de crédito

Conforme definido pela Resolução CMN nº 4.557/17, entende-se por risco de crédito, a possibilidade do não cumprimento total ou parcial, por determinada contraparte, de obrigações relativas à liquidação de operações que envolvam a negociação de ativos financeiros, bem como a ocorrência de desembolsos para honrar avais, fianças, coobrigações, compromissos de crédito ou outras operações de natureza semelhante. Além disso, também caracteriza como risco de crédito a reestruturação de instrumentos financeiros, além dos custos de recuperação de exposições enquadradas como ativos problemáticos.

A segregação das atividades é um pilar importante e contempla a originação, análise, decisão, a formalística, o acompanhamento, controle, a gestão de risco, a cobrança e a recuperação. Todo o processo é suportado por modernos sistemas de tecnologia de alta integração, os quais disponibilizam informações gerenciais íntegras e com processo de validação constante a todos os envolvidos nesta atividade, tornando transparentes e integrados os resultados de cada ciclo.

O processo de análise visa concluir sobre o risco de crédito do cliente adotando aspectos quantitativos, baseados na situação econômica, financeira e patrimonial, e qualitativos, tais como dados cadastrais e comportamentais.

A análise da operação de crédito, além de ter como base a classificação de risco do cliente, incorpora os aspectos da estruturação do negócio, inclusive quanto à liquidez e suficiência das garantias apresentadas. Todo o processo é centralizado e as decisões são tomadas de forma colegiada e dentro da alçada de cada nível hierárquico.

Em particular, a concessão de crédito massificado de varejo é realizada de forma automatizada e padronizada através de modelos quantitativos, desenvolvidos por uma equipe técnica capacitada e em constante desenvolvimento, mediante utilização de ferramentas que asseguram maior qualidade dos créditos concedidos.

Cabe ressaltar também que, o processo de concessão de crédito leva em consideração os limites operacionais, na medida em que possui travas, alertas e definição de alçadas de aprovação diferenciadas de acordo com o nível de exposição de cada cliente e grupo econômico, sempre respeitando o limite regulatório.

O cuidado com a qualidade dos ativos financeiros do Banco é concomitante ao processo de concessão de crédito e vai até a liquidação dos contratos. Esta atividade está sob a responsabilidade direta da Diretoria Executiva Jurídica, de Ouvidoria, Crédito e Governança Corporativa, em conjunto à Superintendência de Ativos, que possuem todas as suas diretrizes fundamentadas na Política de Crédito da Instituição.

Para a efetividade do gerenciamento do Risco de Crédito são adotados procedimentos de identificação, mensuração, avaliação, monitoramento, reporte, controle e mitigação dos riscos de crédito associados ao Mercantil e às instituições integrantes do conglomerado prudencial, sempre perseguindo o apetite a riscos definido na RAS (*Risk Appetite Statement*), em linha com as estratégias de negócio da instituição. Dentro deste contexto, a gestão do risco de crédito na Instituição contempla fatores internos como a análise da evolução da carteira, seus níveis de inadimplência, rentabilidade dos produtos, qualidade da carteira e adequação do capital econômico alocado; além de fatores externos como acompanhamento do ambiente macroeconômico e dos setores econômicos, taxas de juros, indicadores de inadimplência do mercado, condicionantes de consumo, dentre outros.

Engloba também o gerenciamento de risco de crédito: a apuração da perda esperada de operações de crédito com base em metodologia estatística robusta, testada e validada por auditoria independente; o cálculo da parcela de risco de crédito (RWAcpad) do Demonstrativo de Limites Operacionais (DLO); a realização de *backtesting* para avaliação do enquadramento e suficiência do provisionamento constituído pela instituição; além de projeções da despesa de provisão e da inadimplência com uso de técnicas estatísticas em conjunto com as premissas definidas no orçamento corporativo.

Por fim, destaca-se também a forte interação das áreas de gestão de riscos com os demais atores do processo de crédito, buscando sempre oportunidades de melhoria nas políticas e processos, bem como trazer assertividade e celeridade em eventuais ajustes e correções em pontos que estejam gerando perdas, desenquadramentos ou inadequações em relação ao apetite a riscos da instituição.

Desta forma, as variações das exposições aos riscos que o Mercantil está sujeito são acompanhadas levando em consideração o ambiente de negócios, o comportamento da concorrência e os compromissos com os resultados que o Banco tem para com seus clientes, acionistas, funcionários e a sociedade.

c) Gerenciamento do risco de liquidez

Por risco de liquidez, entende-se a possibilidade de a instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, incluindo as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas.

Dentro deste contexto, o risco de liquidez é gerenciado por meio de metodologias e modelos que visam administrar a capacidade de pagamento da Instituição, considerando o planejamento financeiro, os limites de riscos e a otimização dos recursos disponíveis, permitindo embasar decisões estratégicas com grande agilidade e alto grau de confiança.

A Instituição possui dois modelos: “mapa de descasamento dos fluxos” e “movimentação diária de produtos”. O primeiro modelo permite o acompanhamento por produto, moeda, indexador e vencimento e o segundo fornece fluxos de entrada e saída das operações de crédito e dos produtos que compõem a carteira de *funding*. Além disso, o Mercantil adota limites operacionais de liquidez, monitorados por meio do Saldo Mínimo de Caixa e pelo Índice de Liquidez. Este último indica a capacidade da Instituição em suportar situações de estresse e é baseado nos conceitos do Demonstrativo de Risco de Liquidez (DRL Modelo II). O Índice de Liquidez é obtido através da razão entre o estoque de ativos de alta liquidez e o total de saídas líquidas de caixa prevista para os próximos 30 dias, mensuradas segundo um cenário de estresse padronizado pelo Bacen.

O Mercantil realiza ainda, como um dos instrumentos de gestão, a projeção do fluxo de caixa baseada em previsões orçamentárias aliadas a observações de séries históricas de comportamento de produtos da carteira de crédito e de *funding*, recebimentos antecipados, vencimentos e recompras de operações de depósito a prazo, operações de crédito, cessões de crédito, letras, poupança, depósito à vista e TVMs.

Concomitantemente, são construídos cenários de estresse que permitem a identificação de possíveis problemas que possam vir a comprometer o equilíbrio econômico-financeiro da Instituição.

O Mercantil possui, também, Plano de Contingência de Liquidez contendo as responsabilidades, estratégias e procedimentos necessários para conduzir a Instituição ao equilíbrio de sua capacidade de pagamento, considerando os potenciais problemas identificados nos cenários de estresse.

d) Gerenciamento do risco de mercado

De acordo com a Resolução nº 4.557/17 do Conselho Monetário Nacional, alterada pela Resolução CMN nº 4.745/19, entende-se por risco de mercado, a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos em carteira pela instituição.

O gerenciamento do risco de mercado é realizado por meio de metodologias e sistemas condizentes com a natureza de suas operações, com a complexidade dos seus produtos e a dimensão de sua exposição, bem como com a realidade do mercado nacional e internacional, permitindo embasar decisões estratégicas para o Banco priorizando a agilidade e o alto grau de confiança.

Os cálculos do capital regulatório de risco de mercado têm como principais vertentes: a classificação das operações nas carteiras de Negociação (*Trading*) e Bancária (*Banking*).

Para as operações contidas na carteira de negociação, a metodologia baseia-se no modelo padrão do Banco Central do Brasil, que estabelece critérios e condições para a apuração das parcelas dos ativos ponderados pelo risco (RWA) para a cobertura do risco decorrente da exposição às taxas de juros, à variação cambial, aos preços de ações e aos preços de mercadorias (*commodities*).

Já para as operações classificadas na carteira Bancária a metodologia adotada fundamenta-se nas instruções do Banco Central para o IRRBB (*Interest Rate Risk in the Banking Book*) como risco do impacto de movimentos adversos das taxas de juros para o capital ou resultados de uma instituição financeira, para os instrumentos classificados na carteira bancária.

Para a carteira bancária, a abordagem adotada para mensuração e alocação de capital leva em consideração as métricas EVE (*Economic Value of Equity*) e NII (*Net Interest Income*), respeitando as diretrizes dadas pela Circular Bacen nº 3.876/18, alterada pela Circular Bacen nº 3.938/19.

A métrica do EVE consiste em estimar a variação entre o valor presente dos fluxos de reapreçamento de instrumentos financeiros em um cenário-base (taxa atual) e o valor presente dos fluxos de reapreçamento desses mesmos instrumentos em um cenário de choque nas taxas de juros (*stress*).

Na métrica NII, calcula-se o risco por meio de abordagem de resultado de intermediação financeira, que consiste na diferença entre o resultado de intermediação financeira dos instrumentos financeiros sujeitos ao IRRBB, em um cenário-base e o resultado de intermediação financeira destes mesmos instrumentos em um cenário de choque nas taxas de juros, considerando um horizonte de tempo até 12 meses.

As abordagens de valor econômico (EVE) e de resultado de intermediação financeira (NII) foram desenvolvidas em linha com as melhores práticas de mercado e conforme arcabouço contido na regulamentação vigente, a citar Resolução CMN nº 4.557/17 e Circular Bacen nº 3.876/18.

Adicionalmente, o risco de variação das taxas de juros, para os instrumentos classificados na carteira bancária (IRRBB) e negociação são calculados e reportados diariamente a alta administração.

De modo complementar, são realizados testes de *stress* de flutuação das principais variáveis macroeconômicas, utilizando cenários históricos ou de mudança de premissas.

Para grandes oscilações de preços, o Mercantil utiliza o instrumento de *hedge* para proteger as operações financeiras nas quais encontra-se exposto. A estratégia de *hedge* consiste em compensar, no todo ou em parte, os riscos decorrentes da exposição às variações no valor de mercado ou no fluxo de caixa de qualquer ativo, passivo, compromisso ou transação futura prevista.

– Valor justo dos ativos e passivos financeiros

A tabela abaixo apresenta o valor contábil e o valor justo estimado dos principais instrumentos financeiros consolidados:

Ativos Financeiros	Valor contábil	Valor justo			Total
		Nível 1	Nível 2	Nível 3	
Ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	1.401.819	1.399.715	2.104	-	1.401.819
Títulos e Valores Mobiliários	1.401.819	1.399.715	2.104	-	1.401.819
Ao valor justo por meio do resultado	70.283	-	5.935	64.348	70.283
Títulos e Valores Mobiliários	70.283	-	5.935	64.348	70.283
Ao custo amortizado	26.520.505	605.885	26.837.002	1.306.021	28.748.908
Depósitos no Banco Central do Brasil	605.885	605.885	-	-	605.885
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	4.559.809	-	4.559.809	-	4.559.809
Títulos e Valores Mobiliários	615.613	-	-	615.613	615.613
Operações de Crédito e Outros Créditos	20.547.579	-	22.277.193	498.789	22.775.982
Outros Ativos Financeiros	191.619	-	-	191.619	191.619
Total em 30/09/2025	27.992.607	2.005.600	26.845.041	1.370.369	30.221.010

Passivos Financeiros	Valor contábil	Valor justo			Total
		Nível 1	Nível 2	Nível 3	
Ao custo amortizado	27.367.710	502.459	553.516	26.311.735	27.367.710
Depósitos	20.690.469	502.459	369.384	19.818.626	20.690.469
Captações no Mercado Aberto	60.000	-	60.000	-	60.000
Relações Interfinanceiras	86.875	-	86.875	-	86.875
Obrigações por Operações de Cessão	37.257	-	37.257	-	37.257
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	5.528.823	-	-	5.528.823	5.528.823
Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital	850.307	-	-	850.307	850.307
Obrigações por Empréstimos e Repasses	111.201	-	-	111.201	111.201
Outros Passivos Financeiros	2.778	-	-	2.778	2.778
Total em 30/09/2025	27.367.710	502.459	553.516	26.311.735	27.367.710

- Posições de Instrumentos Financeiros e Análise de Sensibilidade de Riscos

Em cumprimento à Resolução CVM nº 121/22 que aprova o CPC 40 (R1) – Instrumentos Financeiros: Evidenciação, foi realizada a Análise de Sensibilidade contemplando todos os instrumentos financeiros relevantes, ativos e passivos, com a mensuração do valor justo pela Instituição.

Sendo assim, foram considerados os Títulos e Valores Mobiliários (TVM) classificados nas categorias ao valor justo por meio do resultado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao custo amortizado, bem como os Instrumentos Financeiros Derivativos e os respectivos objetos de *hedge*.

O Mercantil, atento às oportunidades de mercado, posicionou-se no mercado de futuros de taxas de juros com o intuito de proteger, parcialmente, os ativos de crédito. Neste caso, o instrumento foi classificado como *Hedge Accounting*, sendo utilizado na gestão e proteção de riscos financeiros por meio da aplicação de regras específicas de contabilidade, visando a redução ou eliminação da instabilidade do resultado contábil do exercício.

Ressalta-se que, na sua grande maioria, os Instrumentos Financeiros Derivativos existentes no Banco, são destinados à proteção de exposição a riscos (*hedge*) das posições que julgar necessário, não possuindo nenhum caráter especulativo.

A análise de sensibilidade, que tem como premissa identificar os tipos de riscos que podem gerar prejuízo à Instituição, foi efetuada a partir dos seguintes cenários:

- **Cenário I:** Consiste de um cenário considerado provável, cujos dados foram obtidos de fonte externa (B3), tais como: cotação do dólar, preço dos títulos e taxas futuras de juros. A título de exemplo, considerou-se, para o prazo de 01 (um) ano, a taxa de juros a 14,18% ao ano.
- **Cenário II:** Consiste numa situação com variação de 25% no valor dos preços e choque paralelo de mesmo percentual nas curvas vigentes em 30/09/2025 que, em função da exposição da Instituição aos fatores de risco, causaria prejuízo. Desta forma, por exemplo, para o prazo de 01 (um) ano, a taxa de juros considerada foi 10,74% ao ano.
- **Cenário III:** Consiste numa situação com variação de 50% no valor dos preços e choque paralelo de mesmo percentual nas curvas vigentes em 30/09/2025 que, em função da exposição da Instituição aos fatores de risco, causaria prejuízo. Desta forma, por exemplo, para o prazo de 01 (um) ano, a taxa de juros considerada foi 7,16% ao ano.

Quadro Demonstrativo da Análise de Sensibilidade do conglomerado financeiro:

Operação	Efeito na variação do Valor Justo		Cenários		
	Fatores de Risco	Componentes	I	II	III
Hedge Accounting	Taxa de Juros Prefixada ⁽¹⁾	Operações de Crédito (ponta ativa)	14.449	375.353	782.433
		Derivativo (ponta passiva futuro)	(14.486)	(376.346)	(784.594)
		Efeito Líquido	(37)	(993)	(2.161)
		Debêntures	(27)	(1.370)	(2.741)
		Nota Comercial	(23)	(1.128)	(2.256)
TVM	Renda Fixa	CDCA	(44)	(2.185)	(4.370)
		CRI	(518)	(5.647)	(11.293)
	CRA	(363)	(16.869)	(33.738)	
	Cota de Fundo	FIDC	(3)	(75)	(146)
		FIAGRO	(4)	(87)	(169)
Total com correlação			(1.019)	(28.354)	(56.874)
Total com correlação líquido dos impactos fiscais			(560)	(15.595)	(31.281)

⁽¹⁾ A variação nesses fatores de risco é aquela que provoca um efeito líquido negativo, já que os reflexos no derivativo e no objeto de *hedge* são sempre opostos (lucro/prejuízo ou prejuízo/lucro).

O quadro acima evidencia os efeitos no resultado proveniente das oscilações das principais variáveis macroeconômicas, principalmente da taxa de juros doméstica nos cenários II e III. Além disso, destaca-se que, o *hedge accounting* garante a estabilidade da margem financeira das operações de crédito mesmo em um cenário adverso.

Importante mencionar que a análise de sensibilidade considera uma situação em que as posições da Instituição permaneceriam estáticas, o que não necessariamente deve ocorrer. Adicionalmente, cabe ressaltar que, o Mercantil possui uma gestão ativa de seus riscos de mercado, com o acompanhamento diário das exposições aos diversos fatores de risco, bem como ao potencial efeito que essas exposições podem causar no valor justo de seus instrumentos financeiros, inclusive os derivativos, podendo indicar a mudança de posição de modo a mitigar esses riscos.

e) Gerenciamento do risco operacional

Por risco operacional, entende-se como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de eventos externos ou de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas ou sistemas.

O Gerenciamento do Risco Operacional no Mercantil integra-se às estratégias e aos negócios de cada instituição participante do grupo, com o intuito de alinhar todos os processos existentes e praticados com as políticas vigentes. A estratégia da Instituição para esta gestão é o monitoramento das exposições a risco por meio das ferramentas que visam sua mitigação e consequente impacto nas perdas operacionais.

A estrutura de gerenciamento prevê uma atuação compartilhada do Risco Operacional, em que todos os colaboradores são responsáveis pela conformidade dos seus processos, estimulando o comprometimento com os resultados e uma gestão participativa.

A metodologia aplicada para a gestão do Risco Operacional é composta por duas etapas complementares: qualitativa e quantitativa. A primeira etapa contempla o levantamento dos processos críticos, a identificação e avaliação dos riscos e controles utilizando-se de testes sobre o desenho e a efetividade operacional dos controles e por fim, a estratégia de resposta ao risco residual – seja por meio de planos de ação para melhoria, seja por meio de ações de monitoramento. Neste sentido é importante destacar que os riscos identificados seguem a categorização da legislação vigente.

Já a etapa quantitativa consiste na identificação de perdas operacionais e formação de base com as informações relativas aos eventos decorrentes da exposição ao Risco Operacional no Mercantil, possibilitando a identificação dos motivos das perdas mais representativas e suas causas raízes, permitindo a geração de planos de ação com o propósito de reduzir perdas futuras.

A Gestão do Risco Operacional inclui também o acompanhamento de indicadores chave de risco (ICRs), que monitoram os principais motivos geradores de perda da Instituição. Os indicadores possuem tolerâncias alinhadas ao apetite a riscos do Mercantil e quando ultrapassam essa métrica, ações são geradas para retorno do risco a níveis aceitáveis. Além disso, os incidentes mais relevantes do Mercantil, mesmo os que não geram perdas, são monitorados e registrados em uma base específica com o intuito de tomada de ação para solução do problema e evitar sua reincidência.

O Mercantil possui também procedimentos definidos para Gestão de Terceiros Relevantes. O processo de gestão é direcionado pelo risco envolvido na atividade, com processo estruturado de segmentação, contratação, monitoramento, gerenciamento e desligamento.

No grupo Mercantil, o cálculo da parcela do RWAopad utiliza a Abordagem Padronizada Alternativa Simplificada. A metodologia de cálculo da abordagem utilizada pela Instituição foi definida seguindo os critérios de consistência, sendo passíveis de verificação e estando devidamente formalizada.

A Gestão de Continuidade dos Negócios, que também está inserida no âmbito do Gerenciamento do Risco Operacional, abrange todas as empresas do Conglomerado Prudencial, e busca garantir o funcionamento da Instituição a níveis aceitáveis na ocorrência de crises que, porventura, venham a interromper suas atividades. Para isso, os processos identificados e classificados como críticos na visão da continuidade dos negócios têm suas contingências planejadas e testadas, visando reduzir o impacto dos incidentes. Isso proporciona um ambiente mais seguro às operações, aos clientes e contrapartes, bem como aos seus acionistas. O escopo de atuação da Gestão de Continuidade no Mercantil engloba três pontos de atuação: Continuidade de Tecnologia; Continuidade dos Pontos de Atendimento e; Continuidade de Negócios (Administração Central).

Para garantir essa resiliência, o Mercantil utiliza metodologia que o permite definir estratégias de contingência, determinando procedimentos alternativos e linhas de ações que manterão as operações críticas em funcionamento, mesmo na ocorrência de eventos adversos que causem a interrupção das atividades. Todas essas especificações estão formalizadas em Planos de Contingência Operacional, atualizados periodicamente e divulgados de forma a garantir seu acionamento quando necessário, contemplando também toda a estrutura de recursos e pessoal disponibilizada para a continuidade dos negócios. Ainda neste contexto, destacamos o Plano de Contingência Corporativo do Conglomerado que possui foco em cenários de indisponibilidade que podem afetar o atendimento ao cliente e serviços prestados.

f) Gerenciamento dos riscos Social, Ambiental e Climático

O Gerenciamento dos Riscos Social, Ambiental e Climático no Mercantil dá-se a partir do uso de ferramentas de identificação, controle e mitigação dos impactos sociais, ambientais e climáticos inerentes à atividade bancária e às partes interessadas do negócio.

Pautadas pela Política Institucional de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática (PRSAC), as ações para controle e redução dos impactos da atividade da Instituição compreendem a gestão adequada dos resíduos e

o mapeamento e estudo contínuo de oportunidades que possam contribuir com a eficiência no consumo de energia e recursos naturais da empresa.

Dentro deste contexto, a gestão do Risco Social no Mercantil contempla o contínuo monitoramento de pessoas inclusas em listas restritivas de trabalho análogo à escravidão divulgadas pelo Ministério do Trabalho e Previdência, bem como de pessoas que apresentam algum tipo de medida cautelar vigente aplicada pela Anvisa, cujas atividades econômicas exercidas sejam de elevado risco sanitário. Os clientes que apresentarem tais apontamentos passam a ter alçada decisória mínima na análise julgamental de propostas de negócios.

Quanto à gestão do Risco Ambiental, a sua mitigação é realizada a partir da inclusão do restritivo alerta ambiental para as pessoas responsáveis pela recuperação de áreas contaminadas ou degradadas, bem como aos proprietários de imóveis embargados por práticas em desacordo com a regulamentação ambiental. Também são realizadas avaliações das garantias imobiliárias e de imóveis oriundos de processos de liquidação de dívidas. Importante destacar que, todos os imóveis urbanos submetidos a esses processos, possuem laudo de indícios de contaminação do solo.

No que tange ao risco climático, é aplicada a régua de sensibilidade deste risco sobre a carteira de crédito da Instituição. Com ela, o Mercantil é capaz de identificar, a partir de critérios de relevância (natureza das atividades e qualidade das carteiras) e proporcionalidade (participação da carteira sobre o total da carteira de crédito), quais são os setores econômicos e as partes interessadas mais sensíveis ao risco climático.

Ademais, o Mercantil atribui aos seus clientes Classificação de Exposição aos Riscos Social, Ambiental e Climático, que varia de "A" (maior risco) a "C" (menor risco), com a prevalência da pior classificação parcial entre categorias. Aqueles clientes que apresentam alta exposição, são tratados em alçada mínima do Comitê de Crédito, obedecendo os cortes de valores para atingir a alçada final do Comitê Superior de Crédito.

O Mercantil realiza ainda o acompanhamento dos clientes no âmbito da qualidade de suas operações de crédito, bem como de seus saldos aplicados em produtos de *funding* e as contrapartes dos investimentos em aplicações interfinanceiras e TVMs. Cabe ressaltar que, estes monitoramentos e acompanhamentos são realizados na esfera das partes interessadas do Mercantil, que compreendem colaboradores, fornecedores de produtos e serviços, tomadores de crédito e investidores.

Além disso, a captura de informações relacionadas aos riscos social e ambiental no início do relacionamento com o cliente e adota critérios no processo de concessão e gestão do crédito, bem como, na relação da Instituição com terceiros, a qual é embasada por cláusulas e processos que exigem e promovem uma rede de empresas mais responsáveis no âmbito social, ambiental e climático.

22. Outras Informações

- a) Fundos de investimento – a gestão dos fundos de investimento é realizada por intermédio da controlada Mercantil do Brasil Distribuidora S.A.
- b) Seguros contratados – o Banco e suas controladas possuem seguros em montantes considerados adequados pela Administração para a cobertura de eventuais perdas com sinistros.
- c) Acordo de compensação e liquidação de obrigações – o Banco possui acordo de compensação e liquidação de obrigações no âmbito do Sistema Financeiro Nacional, de conformidade com a Resolução CMN nº 3.263/05, resultando em maior garantia de liquidação de seus haveres para com instituições financeiras com as quais possua essa modalidade de acordo.
- d) Demonstrações Financeiras em IFRS - A Resolução CMN nº 4.818/20 estabelece que as instituições financeiras registradas como companhia aberta ou que sejam líderes de conglomerado prudencial enquadrado no Segmento 1 (S1), no Segmento 2 (S2) ou no Segmento 3 (S3), conforme regulamentação específica, estão obrigadas a elaborar demonstrações financeiras anuais consolidadas adotando o padrão contábil internacional de acordo com os pronunciamentos emitidos pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), traduzidos para a língua portuguesa por entidade brasileira credenciada pela *International Financial Reporting Standards Foundation* (IFRS Foundation). De acordo com a norma, todas as instituições devem adotar o IFRS na

elaboração de todas as suas demonstrações financeiras consolidadas, inclusive aquelas impostas por disposição legal ou regulamentar, independentemente de sua periodicidade, anual ou intermediária.

O Banco Mercantil divulga suas demonstrações financeiras consolidadas em IFRS referentes a 30 de setembro de 2025 simultaneamente à estas informações no site (www.bancomercantil.com.br), na área de Relações com Investidores (RI), na Central de Balanços do Banco Central do Brasil e na CVM, conforme permitido pelo o disposto no artigo 77 da Resolução CMN nº 4.966/21.

Outras informações poderão ser obtidas no site da Instituição (www.bancomercantil.com.br), no site da CVM (www.cvm.gov.br) e no site da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão (www.b3.com.br/pt_br/).

BANCO MERCANTIL

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	DIRETORIA
Marco Antônio Andrade de Araújo – Presidente Mauricio de Faria Araujo – Vice-Presidente André Luiz Figueiredo Brasil – Secretário Clarissa Nogueira de Araújo Daniel Henrique Alves da Silva Gustavo Henrique Diniz de Araújo Leonardo Ferreira Antunes Luiz Henrique Andrade de Araújo Marco Cesar de Castro Bravo	Diretor-Presidente Luiz Henrique Andrade De Araújo Diretor Vice-Presidente Executivo Gustavo Henrique Diniz De Araújo Diretores Vice-Presidentes Bruno Pinto Simão Felipe Lopes Boff Paulino Ramos Rodrigues Diretores Executivos Anderson Adeilson De Oliveira Carolina Marinho Do Vale Duarte Gregório Moreira Franco Uelquesneurian Ribeiro De Almeida Diretores Lucas Lopes Kubiaki Mariana Machado de Araujo de Souza Lima Rodrigo de Araújo Simões
CONSELHO FISCAL	CONTADOR
Ângela Mourão Cançado Juste Euler Luiz de Oliveira Penido Marcelo Rezende Amorim Taise Christine da Cruz Yehuda Waisberg	Anderson Guedes Inocêncio CRC – MG 077029/O-7
COMITÊ DE AUDITORIA	
Glaydson Ferreira Cardoso Lauro Wilson da Silva Leonardo Ferreira Antunes	

Em cumprimento ao disposto no art. 27, incisos V e VI da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários nº 80, de 29 de março de 2022, os Diretores do **Banco Mercantil do Brasil S.A. – “Banco”**, declaram que, conforme seus conhecimentos acerca da matéria, reviram, discutiram e concordam com as Demonstrações Financeiras do **Banco**, relativas ao período findo em 30 de setembro de 2025, bem como com as opiniões expressas no parecer emitido pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda., resultante do procedimento de auditoria realizado nas referidas demonstrações.

Belo Horizonte/MG, 4 de novembro de 2025.

Diretor-Presidente

Luiz Henrique Andrade de Araújo

Diretor Vice-Presidente Executivo (CEO)

Gustavo Henrique Diniz de Araújo

Diretores Vice-Presidentes

Bruno Pinto Simão

Felipe Lopes Boff

Diretor Vice-Presidente Financeiro e de Relações com Investidores

Paulino Ramos Rodrigues

Diretores Executivos

Anderson Adeilson de Oliveira

Carolina Marinho do Vale Duarte

Gregório Moreira Franco

Uelquesneurian Ribeiro de Almeida

Diretores

Lucas Lopes Kubiaki

Mariana Machado de Araújo de Souza Lima

Rodrigo de Araújo Simões

